

28/06/2019

Grande Imprensa

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[USP quer formar mais doutores em menos tempo](#)

**CORREIO BRAZILIENSE - DF**

[Reprovação a tuíte de Weintraub](#)

[Sacerdício ou profissão?](#)

**FOLHA DE S. PAULO - SP**

[Avanços em educação, mas para todos?](#)

[Santa Catarina tem pelo menos 700 vagas em tecnologia](#)

[Anvisa aprova dispositivo para socorrer vítimas de engasgo](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP**

[Show de besteiras?](#)

[Insatisfação com governo aumenta, aponta Ibope](#)

[Weintraub é alvo de críticas por mensagem](#)

[Procura menor leva interessado a 'pular' etapa](#)

[Na Europa e nos EUA, titulações já são independentes](#)

[Criado em 1965, modelo do Brasil perdeu o sentido](#)

[Incontinência](#)

**O GLOBO - RJ**

[A falta que faz um ministro da Educação](#)

[Aumento da insatisfação foi maior na educação](#)

[Para Weintraub, Lula e Dilma também são droga](#)

**VALOR ECONÔMICO - SP**

[Com foco no lucro, startup oferece aulas de reforço para alunos de bairros pobres](#)

[Acesso ao ensino promove senso crítico e crescimento econômico](#)

[Origem social é o fator de maior impacto](#)

[Recife inicia modelo de gestão por resultados](#)

[Questão de base](#)

[Fundações podem ampliar impacto de projetos sociais](#)

[Experiências em sala de aula procuram reduzir assimetrias](#)

[Avanço depende de pressão da sociedade](#)

[Para educadores, medidas são o primeiro passo rumo à equidade](#)

[Jovens negros ganham voz a partir de mídias sociais](#)

Imprensa Estadual

**CRUZEIRO DO SUL - SP**

[Sorocaba na língua inglesa](#)

**JORNAL DE UBERABA - MG**

[Coordenador do curso de Direito do Cesube compõe comitiva do Mackenzie](#)

Agências de notícias e sites

**CORREIO DO POVO - RS**

[Pesquisar para quê?](#)

**FOLHA DO SUL**

[Unipampa definirá novo reitor em agosto](#)

MSN

[USP propõe reformular pós-graduação e reduzir tempo para formar doutores](#)

**O PRESENTE**

[Cortes de bolsas de pós-graduação podem afetar áreas de pesquisa da Unioeste](#)

**TERRA**

[USP propõe reformular pós-graduação e reduzir tempo para formar doutores](#)

Agências de notícias e sites

**A CIDADE ON**

[UFSCar abre inscrições para mestrado e doutorado em educação](#)

**AGORA - TO**

[Professores de escola pública do Tocantins viajam para os EUA para um intercâmbio](#)

**CONFAP**

[Novo prazo de inscrição de consórcios no Ciência na Escola vai até 12 de julho](#)

**G1**

[Ensino Médio terá ampliação da carga horária de 800 para mil horas anuais na BA; mudança valerá a partir de 2020](#)

**GRUPO ORZIL**

[Balanco mostra perfil de produtos de mestrados profissionais](#)

Agências de notícias e sites

**ARIQUEMES ONLINE**

[Universidade amplia número de vagas para professores formadores](#)

**JORNAL DIA A DIA**

[Pós-graduação em Educação da UFSCar abre inscrições para processo seletivo de mestrado e doutorado](#)

**MIGALHAS**

[Livro propõe critérios para indenizar o tempo desperdiçado nas relações de consumo](#)

**O LIVRE**

[No Brasil, 80% das pesquisas em educação são desconsideradas pela comunidade acadêmica](#)

**PARAÍBA ON LINE**

[Secretários de Educação discutem Fundeb e planejamento estratégico do MEC](#)

**AGÊNCIA FOLHA**

[Contas de Alckmin e França são aprovadas com ressalvas sobre gastos na educação](#)

**AGÊNCIA GLOBO**

[Governo contrariou parecer técnico ao tirar temas sobre diversidade do Enade](#)  
[Cinco anos após aprovado, plano de Educação está longe de ser cumprido](#)

**G1**

[Piauí é segundo estado brasileiro que menos investiu por aluno, diz levantamento](#)  
[Pesquisadores da UFSCar criam cerâmica que suporta temperatura de 1,2 mil °C](#)

**TERRA**

[Mathema lança portal com soluções educacionais e formação on-line para professores](#)

**O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

**USP quer formar mais doutores em menos tempo**

**Ensino. Aluno poderá migrar para doutorado ao fim do 1º ano de mestrado, para evitar hiato entre uma etapa e outra; universidade diz que objetivo é diminuir burocracia e aumentar produção científica de grande impacto. Expectativa é iniciar mudança em 2020**

A USP estuda novo formato de pós-graduação. Modelo prevê que no fim do primeiro ano de mestrado o aluno possa seguir direto para o doutorado. Ideia está em análise pela **Capes** e pode ganhar adesão de Unicamp, Unesp e Unifesp.

A Universidade de São Paulo (USP) quer oferecer um novo modelo de pós-graduação,

integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. Com o novo formato, a instituição espera aumentar o número de doutores e, assim, estimular uma produção científica de maior impacto. Com a redução de um ano, também propõe oferecer um auxílio financeiro maior do que em outros programas para atrair os melhores pesquisadores do País.

A proposta foi encaminhada à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação (MEC) principal financiadora da pós-graduação na USP. O Estado

apurou que a análise está em fase avançada e a expectativa é de que o convênio para o novo formato seja assinado ainda no 2º semestre, para que comece a vigorar em 2020. Outras três universidades – Unicamp, Unesp e Unifesp – estudam aderir à proposta.

O novo sistema prevê que o aluno ingresse no mestrado e, ao fim do 1º ano, seja avaliado (com a apresentação de projeto ou pelo desempenho nas disciplinas) pelo orientador. Se há bom aproveitamento, ele já segue direto para o doutorado e teria mais quatro anos para concluí-lo. Assim, se exclui a necessidade de ter título de mestre antes de entrar no doutorado – formalmente já não há exigência do mestrado, mas, na prática, a maioria dos programas o coloca como pré-requisito.

“Demoramos muito para formar um doutor e, conseqüentemente, ter acesso à produção científica dele. São dois anos no mestrado, mais quatro no doutorado, sem contar o tempo que o pesquisador perde esperando prazo para as provas, financiamento. Na USP, se demora, em média, dez anos para conseguir a titulação completa”, disse ao Estado o pró-reitor de pós-graduação, Carlos Carlotti. Hoje, na maioria dos programas de pós ao fim do mestrado é preciso ser aprovado em um processo seletivo para ingressar no doutorado – hiato que leva, em média, de 3 a 4 anos.

Carlotti argumenta que o modelo trará mais estabilidade ao estudante, já que, se for selecionado para receber uma bolsa de financiamento, a garantirá até o fim da titulação. “Só metade dos pós-graduandos consegue bolsa. Às vezes, mesmo quem conseguiu o auxílio no mestrado, faz essa pausa antes do doutorado para juntar dinheiro, fazer uma reserva, porque não sabe se vai conseguir bolsa novamente.”

Como a **Capes** teria um ano a menos para financiar o pesquisador, a USP sugeriu que seja paga uma taxa de bancada (que serve para a compra de equipamentos, viagens e congressos que colaborem com a pesquisa) de R\$ 700 ao mês. “As bolsas têm um valor muito pequeno. Então, essa taxa seria um atrativo importante e pode nos ajudar a atrair os melhores talentos.” Hoje, a **Capes** paga R\$ 1,5 mil por mestrando e R\$ 2,2 mil por doutorando – o valor não é reajustado há seis anos.

Qualificação. Com a proposta, a USP quer concentrar recursos financeiros, equipamentos e professores para o doutorado. Hoje, a universidade forma 4 mil mestres por ano, mas só 1,5 mil ingressa no doutorado.

Segundo Carlotti, partiu da **Capes** o pedido para que a USP apresentasse uma proposta que alterasse o modelo atual, criado em 1965. “O plano nacional de pós-graduação tem como meta aumentar o impacto da produção científica e diz que um dos caminhos é incentivar o doutorado. Antes, quando não havia tantos programas de pós pelo País, era

importante formarmos mestres para disseminar a ciência. Agora, a demanda é outra.”

Se for aprovado pela **Capes**, o novo modelo terá adesão voluntária dos programas da USP. Segundo Carlotti, 50% dos coordenadores dos programas de pós já demonstraram interesse e ele acredita chegar a mais de 90% nos próximos anos.

Flavia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), avalia que o novo modelo pode beneficiar quem quer seguir a vida acadêmica. “Hoje, muita gente se vê obrigada a fazer um mestrado para poder prestar concurso ou ter uma promoção profissional. Quem quer fazer pesquisa pode ir direto para o doutorado.” Ela alerta, porém, que o mestrado não deve ser eliminado ou perder espaço no financiamento.

Maturação. A bióloga Paula Carvalho, de 33 anos, diz que o novo modelo deve ajudar quem tem certeza da linha de pesquisa que quer seguir, mas pode prejudicar quem pretende mudar de área entre as titulações, como foi o seu caso. Durante o mestrado em microbiologia, ela percebeu que não tinha interesse em trabalhar na área e levou dois anos para descobrir que queria mesmo é trabalhar com saúde pública. “Precisei de um tempo de maturação, dei aula e só depois entendi o que me atraía para a vida acadêmica”, conta. Ela ingressou no doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP e, hoje, já está no pós-doutorado.

topo 

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA**

### **Reprovação a tuíte de Weintraub**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, virou alvo de duras críticas no Twitter, ontem, por causa da publicação em que cita os ex-presidentes Lula e Dilma. Ele comparou os petistas aos 39 quilos de cocaína apreendidos num avião da FAB. “No passado, o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, escreveu o ministro.

Candidato à Presidência derrotado em 2018, João Amoêdo (Novo) reagiu. “Ministro, não tenha compromisso com o erro, peça desculpas”, escreveu. “Vamos trabalhar pela educação e pelos brasileiros, com a postura que se espera de um ministro de Estado.”

Nome da Rede para o Planalto em 2018, Marina Silva escreveu que “o Brasil precisa de mais educação e não menos. É lamentável o ministro da Educação brincar com um episódio grave, que já prejudicou a imagem do país no exterior, às vésperas do G-20. Basta de falta de educação!”

Para o presidente do Cidadania, Roberto Freire, há no governo “uma disputa entre os que mais boçalidades fazem ou dizem. Ao comentar o episódio da apreensão de drogas pela polícia espanhola, em avião da FAB da comitiva do presidente da República, o ministro da Educação pontificou na calhordice”.

O deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) compartilhou a publicação de Weintraub e comentou: “E na vez que o Fidel Castro morreu! Recorde no voo para Cuba!”.

topo 

## **CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO**

### **Sacerdócio ou profissão?**

ORLANDO THOMÉ CORDEIRO

Consultor em estratégia

Nesta semana tivemos o lançamento da edição 2019 do Anuário da Educação Básica, um relatório elaborado pela associação civil Todos Pela Educação, utilizando dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É um trabalho primoroso! Entre as valiosas informações ali presentes, temos alguns números alarmantes: cerca de 1,5 milhão de jovens entre 4 e 17 anos estão fora da escola; de cada 100 crianças que ingressam na escola, 64 concluem o ensino médio aos 19 anos, e ao final dessa etapa, apenas 29,1% têm aprendizagem adequada em português e 9,1% em matemática. É uma situação estarrecedora, mas quero tratar de uma das questões mais relevantes para que consigamos dar o salto que o país precisa nessa área: a atividade docente.

Segundo o Anuário, em 2018 eram 48.455.867 matrículas, sendo 39.460.618 na rede pública e 8.995.249 na rede privada. Tínhamos 2.226.423 docentes no território nacional, sendo que 79,9% têm curso superior completo e 36,9%, pós-graduação.

À primeira vista, esses números parecem indicar a inexistência de graves problemas quanto à formação. Só que não! Temos o hábito de medir o conhecimento, principal ou exclusivamente, pela titulação acadêmica. Em outras palavras, o fato de uma pessoa ter graduação completa confere a ela, automaticamente, um atestado de competência. Se for pós-graduada, então, é quase incontestável. Porém, se analisarmos as competências necessárias para uma educação transformadora e sintonizada com as mudanças radicais vivenciadas pela sociedade no século 21, ousar afirmar que a maioria do corpo docente na educação básica não está preparada adequadamente, especialmente em grande parte rede pública.

Outra informação fundamental para entendermos a situação brasileira foi revelada na Pesquisa Internacional sobre Ensino e Aprendizagem (Talis) da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), divulgada dia 19 último: professores e professoras brasileiras recebem os piores salários em um universo de 48 países avaliados. Além disso, ao contrário de outros países, os profissionais de educação no Brasil não têm diferença de salário ao longo da carreira. Nesse sentido, o Anuário aponta que R\$ 3.823 era a média salarial nacional da atividade docente em educação básica na rede pública, em valores de dezembro de 2018 corrigidos pelo INPC. Não custa lembrar que o piso nacional definido pelo MEC para 2019 é de R\$ 2.577,74 para uma jornada de 40 horas semanais.

Faço, então, uma primeira pergunta: com esse nível de remuneração, aliado ao crescente nível de desgaste físico e emocional, é uma atividade atraente para jovens que buscam um futuro profissional promissor? Para responder, recorro a uma pesquisa de 2018 do Todos pela Educação, em que salta aos olhos a seguinte informação: 49% dos professores não recomendam a profissão! Percebe-se que é uma atividade profissional cada vez menos valorizada, não apenas por governantes, mas pela sociedade em geral.

Como resolver essa situação? Tenho falado há algum tempo sobre a proposta de se criar a carreira nacional de docente da educação básica, com competências e atribuições bem definidas que justifiquem uma remuneração capaz de atrair novos talentos. Ainda que não seja exclusivo, a remuneração é um dos principais fatores que influenciam a escolha

de uma carreira por jovens. Qualquer profissão que pague ótimos salários tem mais chance de atrair estudantes com melhor desempenho.

A criação de uma carreira pública unificada nacional, como parte de uma política de Estado (não de governo), precisará enfrentar alguns desafios. O primeiro é estabelecer um processo de transição que permita combinar a contratação de novos talentos ao mesmo tempo em que profissionais do magistério atualmente no serviço público passem por um processo de seleção rigoroso como requisito para ingressar na nova carreira. O segundo é garantir que o processo de implantação seja amplamente discutido pela sociedade e tenha por base um planejamento para os 20 anos seguintes, com metas desafiadoras, indicadores claros e responsabilidades bem definidas.

Claro que pode ser apenas um sonho e que haja um risco muito grande de continuarmos a ver a maioria de docentes e da sociedade repetir, com orgulho, que o magistério é, acima de tudo, um sacerdócio. Por mais que possa parecer uma citação elogiosa, na verdade, serve apenas para que tudo continue como está. Se quisermos que nosso país mude de patamar, precisamos sair do sacerdócio em direção a uma profissão respeitada e valorizada.

topo ↗

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO**

### **Avanços em educação, mas para todos?**

#### **Relatórios revelam resultados positivos, mas também desigualdades**

Nos últimos dias, relatórios importantes foram lançados abordando os desafios da educação básica, seja especificamente no Brasil seja incluindo o país entre um conjunto de economias, como o primeiro volume do estudo Talis - Teaching and Learning International Survey (ou pesquisa internacional de ensino e aprendizagem), da OCDE.

Um dos documentos divulgados foi o módulo anual de educação da Pnad Contínua, do IBGE. Entre outros problemas, ele mostra a persistência do analfabetismo e a ainda reduzida escolaridade do brasileiro.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/columnas/claudia-costin/2019/06/avancos-em-educacao-mas-para-todos.shtml>

topo ↗

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - ESPECIAL**

### **Santa Catarina tem pelo menos 700 vagas em tecnologia**

#### **Segundo pesquisa, desenvolvimento de software tem maior potencial de crescimento**

Florianópolis

Há um setor da economia em que o desemprego ainda não bateu na porta. Pelo contrário. No ramo de tecnologia da informação e comunicação (TIC), sobram vagas pelo país. Faltam programadores, desenvolvedores, cientistas de dados...

Dados apresentados pela Associação Brasileira de Estágios, com base no Censo do Ensino Superior de 2017, do Ministério da Educação, ilustram esse problema.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2019/06/santa-catarina-tem-pelo-menos-700-vagas-em-tecnologia.shtml>

topo ↗

## **FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA**

### **Anvisa aprova dispositivo para socorrer vítimas de engasgo**

**Produto deve chegar ao mercado no 2º semestre deste ano; nos EUA, custa cerca de US\$ 70**

São Paulo

Apesar da rápida tramitação da lei e da norma já estar valendo desde abril deste ano, a medida ainda não foi regulamentada. A assessoria de imprensa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo, por exemplo, disse à Folha que aguarda a regulamentação do MEC (Ministério da Educação) para se adequar ao texto.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/equlibrioesaude/2019/06/anvisa-aprova-dispositivo-para-socorrer-vitimas-de-engasgo.shtml>

topo ↗

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Show de besteiras?**

**Avaliação positiva de Bolsonaro cai para 32%**

Motivos não faltam para o presidente Jair Bolsonaro chegar ao Japão cansado, pela longa viagem, e irritado, pela enxurrada de confusões e o “show de besteiras” que envolvem seu governo, dia sim, outro também. Ele e sua comitiva tentam jogar a culpa na imprensa, mas será verdade?

De véspera, a chanceler Angela Merkel, uma das grandes líderes mundiais e presença forte no G-20, criticou a política do governo brasileiro para Meio Ambiente – que classificou de “dramática”. Bravo, Bolsonaro reagiu dizendo que a Alemanha tem muito a aprender com o Brasil e ele não aceita ser advertido.

Merkel – longe de ser petista e “esquerdopata”, frise-se não falou sozinha e não falou por falar. O mundo desenvolvido vê no governo Bolsonaro um retrocesso numa área que não é apenas fundamental para a sobrevivência do planeta como era também um dos grandes trunfos brasileiros em foros internacionais. Era, não é mais.

Pró-Trump, antiglobalizante e visceralmente ideológico, o governo Bolsonaro vê esquerdistas ameaçadores por toda parte e age para desmontar ONGs, conselhos, reservas ambientais e terras indígenas, enquanto tenta reinventar o Ibama e o ICMBio. O primeiro efeito é o espanto dos governantes e das sociedades mundo afora. O segundo pode ser a retaliação comercial e nas relações bilaterais.

E o sargento da Aeronáutica que usou avião presidencial, com brasão da República, para traficar 39kg de cocaína para a Europa? “Uma falta de sorte”, resumiu o chefe do GSI, general Augusto Heleno. Claro que Bolsonaro não tem culpa, mas imagine se isso fosse em qualquer outro governo, no Brasil, Alemanha, EUA ou China? Um escândalo internacional.

Bolsonaro no Japão, assessor e aliados do ministro do Turismo, Marcelo Álvaro

**Antonio, presos no Brasil por desvio de dinheiro do Fundo Eleitoral pelo PSL de Minas.** Não se trata, portanto, de incompetência, discordância ou questão ideológica, como na demissão de outros ministros. Por que Bolsonaro insiste em mantê-lo no cargo?

Nesse quadro, a pesquisa CNI-Ibope confirmou que a popularidade do presidente não para de cair. A aprovação (ótimo e bom) e a rejeição (ruim e péssimo) já se igualam em 32%. Ruim, o resultado já era mais do que esperado. E a curva tende a se inverter, contra o presidente, já na próxima rodada.

Um dos motivos foi outro “show de besteiras” estrelado pelo segundo ministro da Educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub. A dancinha com um guarda-chuva contra o que considerava “fake news” foi só ridícula. O post de ontem foi muito além disso: “No passado, avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?” Uma grosseria tão abjeta, e logo do ministro da Educação. As críticas não desabaram da esquerda, mas também do centro, da direita.

E a economia? Bem, a única novidade boa partiu do ministro Paulo Guedes: R\$ 100 bilhões em compulsórios para estimular o crédito. Enquanto isso, o Brasil criou só 32 mil novas vagas formais em maio, o pior resultado para o mês desde 2016. E a previsão de crescimento da economia continua caindo...

Pensando bem, o general e ex-ministro Santos Cruz foi elegante e generoso ao resumir todas essas coisas como apenas “show de besteiras”. A coisa é bem pior do que isso.

Dúvidas. 1) Por que 39kg e não 40kg de cocaína, um número redondo? Teve “comissão” para alguém fechar os olhos?

2) Esse volume indica que o sargento é só uma “mula qualificada”, (como diz o vice Mourão) e está a serviço de uma quadrilha poderosa. Quem investiga quadrilhas e tráfico de drogas é a FAB ou a PF? Por que evitar a entrada da PF?

Merkel, Ibope, cocaína, prisões, empregos, ministros balançam. E o da Educação?

topo ↕

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA**

### **Insatisfação com governo aumenta, aponta Ibope**

**Segundo pesquisa, avaliação negativa (ruim/péssimo) subiu de 27% para 32% entre abril e junho**

**BRASÍLIA**

A avaliação positiva (ótimo/bom) do governo Jair Bolsonaro passou de 35% em abril para 32% em junho, a menor desde o início da gestão, mostrou pesquisa Ibope divulgada ontem pela Confederação Nacional da Indústria (CNI). Já a avaliação negativa (ruim/péssimo) subiu de 27% para 32% no mesmo período. A margem de erro da pesquisa é de 2 pontos percentuais para mais ou para menos e o nível de confiança é de 95%.

Desde o início do governo, em janeiro, o percentual dos que consideram o governo ótimo/bom caiu 17 pontos, de 49% para os atuais 32%. A avaliação negativa subiu 21 pontos nos cinco meses, de 11% para 32%.

Outras duas perguntas confirmam a percepção de que a insatisfação com o governo

aumentou. Uma diz respeito ao índice de pessoas que desaprovam a maneira de Bolsonaro governar, que subiu de 40% em abril para 48% em junho. E, pela primeira vez, o percentual de entrevistados que afirmam não confiar no presidente (51%) supera o dos que confiam (46%).

Questionado sobre a pesquisa, o ministro da Casa Civil, Onyx Lorenzoni, ironizou. “Pelos números do Ibope, o presidente jamais seria Bolsonaro.”

Áreas. A Educação foi a área que mais pesou na queda da avaliação do governo. O percentual de pessoas que desaprovam a atuação no setor aumentou de 44% para 54%. A aprovação caiu de 51% para 42%.

Para o gerente executivo de Pesquisa da CNI, Renato da Fonseca, o bloqueio orçamentário nas universidades federais e as manifestações de rua contra o governo influenciaram a percepção das pessoas. “Uma das coisas que mais pesaram foi essa discussão em relação a verbas para educação trazida para as manifestações, que acabam chegando mais forte nos ouvidos da população”, afirmou Fonseca.

topo ↗

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - POLÍTICA

### Weintraub é alvo de críticas por mensagem

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, virou ontem alvo de críticas no Twitter por causa de publicação em que ele cita os ex-presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. Ele comparou os petistas aos 39kg de cocaína apreendidos em avião da FAB que acompanhava a comitiva do presidente Jair Bolsonaro (PSL), que está no Japão para o encontro do G-20. “No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, escreveu o ministro.

Candidato à Presidência derrotado em 2018, João Amoêdo (Novo) reagiu: “Ministro, não tenha compromisso com o erro, peça desculpas”. Marina Silva (Rede) escreveu que “o Brasil precisa de mais educação e não menos”. A deputada Gleisi Hoffmann, presidente do PT, disse que o ministro “será acionado judicialmente pelas injúrias lançadas contra Dilma Rousseff e Lula”.

Já o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), filho do presidente Jair Bolsonaro, saiu em defesa do ministro. Ele compartilhou a publicação de Weintraub e comentou: “E na vez que o Fidel Castro morreu! Recorde no voo para Cuba!”

topo ↗

## O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE

### Procura menor leva interessado a ‘pular’ etapa

Sem ter feito mestrado, o doutorando Fabio Muffo, de 39 anos, pesquisa desde 2016 o comportamento do buraco negro Sagitário A\*, localizado no centro da Via Láctea, pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP.

Abrir mão do mestrado foi a opção para “ganhar tempo”. “Terminei a graduação e estava interessado na pós, mas já era mais velho. Teria de fazer dois anos de mestrado e mais quatro de doutorado”, afirma Muffo, que, formado em Administração, estava na segunda faculdade, de Astronomia. “Para mim, a principal vantagem foi o tempo, mas há quem pule a etapa porque há menos procura por vagas de doutorado.” Mas, sem ter feito a etapa anterior, o aluno precisa fazer número maior de disciplinas no doutorado – seis, em vez de quatro. O prazo para entrega da tese também é maior, superior a cinco

anos.

Professor do Instituto de Física da USP e membro da equipe do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que venceu o Prêmio Nobel da Paz de 2007, Paulo Artaxo diz que “pular” o mestrado já é comum no exterior. “Originalmente, o mestrado era uma qualificação intermediária, em que o sujeito não precisava fazer um trabalho inovador. Era basicamente um treinamento para o doutorado”, diz. “O ideal é realmente dar o passo principal, o doutorado direto depois da graduação, como em Harvard (EUA) ou outros lugares desenvolvidos.”

Para ele, a proposta também facilita a carreira acadêmica. “Quem fez mestrado já defendeu a dissertação diante de uma banca, então certamente está qualificado para doutorado. Não precisa burocratizar mais uma etapa da vida do sujeito.”

topo ↗

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Na Europa e nos EUA, titulações já são independentes**

O novo modelo proposto pela USP segue o formato adotado na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos, que dissociaram o título de mestrado para o ingresso no doutorado.

Nos Estados Unidos, são consideradas titulações diferentes e independentes. O aluno pode, ao fim da graduação, já ingressar no doutorado. Também não há um tempo fixo para todos os programas de doutorado, que podem levar de dois a cinco anos.

Modelo semelhante é mantido por 47 países europeus, que são signatários do Tratado de Bolonha. Para o título de mestrado, é preciso cumprir um número mínimo de créditos em um período de três a quatro semestres. Já o doutorado, além da exigência dos créditos, prevê a necessidade de elaboração de tese original e especificamente elaborada para a titulação. Os dois também são independentes e não há pré-requisito de um para o outro. /

topo ↗

## **O ESTADO DE S. PAULO - SP - METRÓPOLE**

### **Criado em 1965, modelo do Brasil perdeu o sentido**

Modificar o formato de pós-graduação que temos no Brasil é importante, porque é uma anomalia que nenhum outro país desenvolvido segue. Nas principais universidades do mundo, não se

exige que o estudante tenha mestrado antes do doutorado, porque são formações diferentes, que exigem competências e habilidades diferentes.

Seria um avanço para todo o País eliminar a necessidade de mestrado para deixar que seja feito apenas por quem realmente quer, e não porque é uma exigência para outra titulação.

Esse modelo que seguimos é antigo, foi criado há mais de 50 anos, quando as condições das universidades eram outras. Naquela época, não havia condições para a pesquisa que é feita no doutorado. Por isso, era preciso primeiro aumentar a quantidade de mestres para espalhar a pós-graduação. Agora, já estamos em um outro momento e podemos dar aos alunos a opção de fazer a titulação que mais os interessar.

No entanto, a proposta da USP poderia avançar ainda mais se fizesse a dissociação do mestrado ao doutorado. Porque ainda manter o primeiro ano como sendo mestrado? Nos outros países, o ingresso já é direto no doutorado.

Também não podemos acreditar que apenas essa mudança vai qualificar a nossa pesquisa. Diversos outros fatores influenciam o impacto científico, como bons recursos físicos, equipamentos e, principalmente, bons professores. Mesmo um doutorando depende da orientação de um bom docente.

\*

## CIENTISTA SOCIAL E MEMBRO DA COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

topo

### O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

#### Incontinência

Ao tuitar sobre o peso de Dilma e Lula, registrando que ambos têm mais de 39kg, Abraham Weintraub provocou reação até de antipetistas.

João Amoêdo defendeu desculpas públicas do ministro e o influencer Rodrigo Constantino ressaltou a devida liturgia do cargo. “Inacreditável”, atirou.

topo

### O GLOBO - RJ - ANCELMO GOIS

#### A falta que faz um ministro da Educação

Enquanto o ministro da Educação, Abraham Weintraub, ficava nas redes trocando desaforos com os petistas “e seus acepipes” (sic), a Câmara aprovava o projeto de lei destinando 20% dos recursos do Fundo Social do Pré-Sal, reservado a educação e saúde, para a construção de oleodutos

Segue...

O que se diz é que a garfada na área social é patrocinada por empresários privados do setor de gás, entre eles Carlos Suarez, um dos fundadores da OAS. Com Weintraub no mundo da lua, quem no governo tem combatido essa ideia de tirar dinheiro da educação é Paulo Guedes, do alto de sua experiência de 17 anos como professor universitário.

Aliás...

Em comparação com a pesquisa de abril, o Ibope constatou ontem que educação foi o item com maior queda na aprovação de Bolsonaro: 54% da população desaprova a forma como o governo toca as políticas educacionais.

topo

### O GLOBO - RJ - O PAÍS

#### Aumento da insatisfação foi maior na educação

#### Desaprovação das políticas do governo Bolsonaro para a área subiu de 44% para 54% de abril para junho

A pesquisa CNI/Ibope divulgada ontem apontou um aumento expressivo da desaprovação das políticas do governo para a educação. O índice subiu de 44% para 54% de abril para junho. A área era a segunda mais bem avaliada até então e caiu para a quinta posição. A mudança ocorreu no período em que o governo anunciou um bloqueio

de recursos reservados no Orçamento da União para a área. O ministro Abraham Weintraub (Educação) disse que o contingenciamento atingiria apenas algumas universidades, onde havia “balbúrdia”.

A declaração insuflou milhares de pessoas a irem para as ruas em protesto, no dia 15 de maio, em mais de 200 cidades nos 26 estados do país e no Distrito Federal. Nesses seis meses de governo, o Ministério da Educação já teve uma troca de comando: saiu Vêlez Rodriguez e entrou Weintraub. A pasta também foi a que teve mais substituições no segundo escalão, com dez baixas. No Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), órgão que organiza o Enem, dois presidentes já foram demitidos. Principal bandeira da carreira política de Bolsonaro, a segurança pública aparece na pesquisa como a área mais bem avaliada, com 54% de aprovação e 43% de desaprovação.

Na segunda posição está o Meio Ambiente, apesar das recorrentes controvérsias na área, com 46%. Na sequência aparece o combate à inflação, com 45% de aprovação. Entre os quesitos incluídos no questionário, a avaliação sobre os impostos teve o pior percentual, com 61% de reprovação, seguido de perto por taxa de juros, com 59%. A saúde teve 56% de desaprovação, seguida de combate ao desemprego, com 55%. A pesquisa perguntou ainda quais temas do noticiário são mais identificados com o governo Bolsonaro.

Reforma da Previdência aparece em primeiro lugar, com 13%. A pesquisa não esclarece que tipo de notícias as pessoas leram sobre cada tema nem se a percepção específica delas foi positiva ou negativa. Em seguida aparecem os decretos de Bolsonaro que flexibilizam a posse e o porte de armas, com 10%, e a divulgação pelo site The Intercept Brasil de mensagens atribuídas ao ministro Sergio Moro (Justiça) e procuradores da força-tarefa da Lava-Jato, com 8%.

topo ↕

## **O GLOBO - RJ - O PAÍS**

### **Para Weintraub, Lula e Dilma também são droga**

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, comparou os ex-presidentes Lula e Dilma Rousseff a drogas. Ele fez referência à prisão de Manoel Silva Rodrigues. “No passado o avião presidencial já transportou drogas em maior quantidade. Alguém sabe o peso do Lula ou da Dilma?”, escreveu, no Twitter.

> A presidente do PT, Gleisi Hoffmann, disse que o ministro age como “moleque” e destacou que ele terá de responder na Justiça.

topo ↕

## **VALOR ECONÔMICO - SP - EU&**

### **Com foco no lucro, startup oferece aulas de reforço para alunos de bairros pobres**

Startup da área de educação, a Alicerce abriu as portas na segunda-feira, 24, com quatro unidades na periferia paulistana, uma proposta inovadora, sócios de peso e metas arrojadas para quem acaba de sair do papel. Não se trata de uma escola. O que a empresa se propõe a oferecer, num modelo massificado, são aulas de reforço em português e matemática e outras atividades educativas no contraturno escolar. “Acreditamos que podemos atacar dois grandes problemas sociais ao mesmo tempo. O primeiro é o da baixa qualidade da educação brasileira, que é a grande armadilha da pobreza brasileira.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/cultura/6322815/com-foco-no-lucro-startup-oferece-aulas-de-reforco-para-alunos-de-bairros-pobres>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Acesso ao ensino promove senso crítico e crescimento econômico

A educação é a variável mais importante para uma sociedade se desenvolver: gera justiça social, crescimento econômico, cuidados com o ambiente e senso crítico na hora do voto. Programas públicos de inclusão, como o Bolsa Família, são importantes até para levar as crianças à escola. Essas são conclusões de estudos comparativos de desenvolvimento humano, geração e concentração de riqueza entre os países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), emergentes, asiáticos e da América Latina feitos pelo professor Naercio Menezes Filho, titular da Cátedra Ruth Cardoso do Insper e professor associado da Universidade de São Paulo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323413/acesso-ao-ensino-promove-senso-critico-e-crescimento-economico>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Origem social é o fator de maior impacto

A origem social é o fator de maior influência nas desigualdades de desempenho entre estudantes. Essa é uma das conclusões da pesquisa "Educação, pobreza e desigualdades", desenvolvida pelo Observatório Sociológico Família-Escola (OSFE), da faculdade de educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), dentro do projeto Rede de Grupos de Pesquisa em Educação e Desigualdades, apoiado pela Fundação Tide Setubal. "O nosso objetivo foi apresentar experiências que tratam das relações entre educação e desigualdades e inspirar políticas públicas e iniciativas da sociedade civil", explica a professora Maria Alice Nogueira, da UFMG, uma das responsáveis pelo estudo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323407/origem-social-e-o-fator-de-maior-impacto>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Recife inicia modelo de gestão por resultados

A partir de resultados obtidos pelo Estado de Pernambuco, que em três anos conseguiu superar um dos piores desempenhos em educação do Brasil e se transformar em uma das referências no ensino médio, a capital, Recife, implantou em maio uma nova política educacional baseada em modelo de gestão por resultados. A meta é melhorar já este ano o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) da cidade e sair da atual pontuação de 4,1 para 5,3.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323403/recife-inicia-modelo-de-gestao-por-resultados>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Questão de base

Um índice inédito que aponta, para cada município brasileiro, as diferenças de resultados dos estudantes, definidas por nível socioeconômico, raça e gênero. É o que

promete o Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA), lançado pela Fundação Tide Setubal e pesquisadores em educação. "Será um subsídio importante para formuladores de políticas públicas buscarem soluções para enfrentar o problema das diferenças nacionais no setor", diz a educadora Maria Alice (Neca) Setubal, presidente do conselho da Fundação Tide Setubal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323415/questao-de-base>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Fundações podem ampliar impacto de projetos sociais

Fazer investimentos sociais com mais eficiência pode melhorar o cenário na educação e em áreas como saúde e moradia. Para especialistas, essa mudança requer parcerias entre fundações e o poder público, a adoção de boas práticas e transparência nos orçamentos.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323417/fundacoes-podem-ampliar-impacto-de-projetos-sociais>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Experiências em sala de aula procuram reduzir assimetrias

Na maior parte dos países com déficits educacionais, a prioridade sempre foi a expansão da educação básica. Mas a agenda do combate às desigualdades - de gênero, raça ou origem socioeconômica - no ambiente escolar começa a ganhar espaço, especialmente a partir do cenário ideal traçado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas para 2030. O ODS 4, que se desdobra em dez submetas, trata de assegurar a educação inclusiva e equitativa de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem para todos e todas.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323411/experiencias-em-sala-de-aula-procuram-reduzir-assimetrias>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Avanço depende de pressão da sociedade

Escandinávia como modelo de transformação social. Com economias abertas e descentralizadas, em que trabalhadores e empresas enfrentam a redução de desigualdades sociais com a adoção de medidas que vão além do pagamento de bons salários, e que passam também por políticas públicas e programas universais. A realidade vivida pelos países nórdicos como Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia, Islândia e Ilhas Faroe é tida como exemplo a ser seguido pelo resto mundo pelo professor Marc Fleurbaey, da Universidade de Princeton.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323409/avanco-depende-de-pressao-da-sociedade>

topo ↕

## VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO

### Para educadores, medidas são o primeiro passo rumo à equidade

A falta de equidade no acesso, permanência e aprendizado escolar não é um fenômeno brasileiro, mas é agravado pela falta de mecanismos para mensurar os fatores de

desigualdade que afetam os estudantes. Um passo nesse sentido foi dado com a criação do Indicador de Desigualdades e Aprendizagens (IDeA) pela Fundação Tide Setubal, que deverá, segundo seus idealizadores, ajudar na formulação de políticas públicas. "A primeira ação para reduzir as desigualdades é torná-las visíveis", afirma José Francisco Soares, professor emérito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e um dos idealizadores do índice.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323405/para-educadores-medidas-sao-o-primeiro-passo-rumo-equidade>

topo ↗

## **VALOR ECONÔMICO - SP - SUPLEMENTO**

### **Jovens negros ganham voz a partir de mídias sociais**

"Antes de ser violento, o jovem de comunidade é violentado. Todos os dias." Com essa frase, o baiano Enderson Araújo respondeu a mais um empregador que lhe recusara trabalho em razão do seu endereço, o que é uma realidade recorrente para os jovens que moram em favelas ou nas periferias das grandes cidades.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/brasil/6323401/jovens-negros-ganham-voz-partir-de-midias-sociais>

topo ↗

## **CRUZEIRO DO SUL – SP - CIDADES**

### **Sorocaba na língua inglesa**

Cerca de 40 professores de inglês da rede estadual de São Paulo embarcam entre esta sexta-feira (28) e domingo (30) para 14 cidades dos Estados Unidos para um curso de aprimoramento da língua inglesa com duração de seis semanas. Os docentes foram contemplados pelo Programa de Desenvolvimento Profissional para Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI), da **Capes**, ligada ao Ministério da Educação. Há representantes que atuam em escolas da Capital, Litoral e Interior de São Paulo. Duas escolas estaduais de Sorocaba — João Rodrigues Bueno e Gualberto Moreira — e uma de Itapetininga — Ernesta Xavier Rabello Orsi — estão com professores representados na formação. Nos últimos três anos, quase 3 mil professores foram capacitados por meio do PDPI.

topo ↗

## **JORNAL DE UBERABA - MG - CIDADE**

### **Coordenador do curso de Direito do Cesube compõe comitiva do Mackenzie**

Integrando a Comitiva da Universidade Presbiteriana Mackenzie de São Paulo, estavam o professor Dr. Carlos Eduardo do Nascimento, coordenador do curso de Direito do Cesube/FCETM, único jurista de Uberaba a coordenar um grupo de trabalho neste importante evento jurídico (Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação), junto com os professores doutores Felipe Chiarello de Souza Pinto (Mackenzie) e José do Carmo Alves Siqueira (Universidade Federal de Goiás).

Além dos doutores Carlos Eduardo do Nascimento (prof. Kadu) e Felipe Chiarello de Souza Pinto, integraram a tão bem constituída comitiva a professora mestre Tais Ramos, doutoranda em Direito Político e Econômico pelo Mackenzie, que foi avaliadora de poster no mesmo evento.

Ainda a caçula do grupo Bruna Azzari, mestranda em Direito Político e Econômico pelo

Mackenzie, que no Conpedi apresentou o trabalho, escrito junto com a doutoranda Larissa Dias Puerta, “A pesquisa jurídica brasileira e suas peculiaridades no século XXI: os atuais mecanismos de apuração da qualidade e os desvirtuamentos dos seus objetivos” no GT “Pesquisa e Educação Jurídica”.

Para completar o grupo a mestre Ruth Carolina Rodrigues Sgrignolli, doutoranda pelo Mackenzie, e a doutora em Direito Político e Econômico Michelle Assato Junqueira. Ambas apresentaram o artigo “Reflexões sobre as regras Constitucionais da Comunicação na Bolívia, Venezuela, México e Brasil” no GT “Constituição e Democracia”.

Deve ser ressaltado que o líder absoluto do grupo, o professor Dr. Felipe Chiarello de Souza Pinto é o coordenador Adjunto de Área da **Capes** (coordenando todos os Cursos de Mestrado e doutorado em Direito no Brasil), bem como diretor da Faculdade de Direito do Mackenzie. No Conpedi participou do Fórum dos coordenadores de Programas de Pós-graduação em Direito e Coordenou o GT, junto com o professor Dr. Carlos Eduardo do Nascimento, “Transformações na Ordem Social e Econômica e Regulação”.

A participação do professor Kadu, coordenador do Curso de Direito do Cesube, junto à Comitativa do Mackenzie, se deve ao fato das importantes contribuições que este tem dado àquela instituição de ensino, mas também a destacada participação como avaliador de cursos de Direito do INEP/MEC.

topo 

## **CORREIO DO POVO - RS - TEMPO REAL**

### **Pesquisar para quê?**

#### **Em Montpellier, debatemos pesquisa**

Sou professor há 25 anos. Adoro orientar trabalhos acadêmicos. Admiro o encantamento de muitos estudantes com a pesquisa. Escrevi um livro faz algum tempo sobre isso: “O que pesquisar quer dizer” (Sulina). Coloquei um subtítulo provocativo: “como fazer textos acadêmicos sem medo da ABNT e da **Capes**”. Agora, acrescentei, em nova edição, um capítulo: “Análise Discursiva de Imaginários”. De que trata? De como escolher um tema para pesquisa, como levantar dados, como organizá-los, como redigir o trabalho e como fazer a análise.

Meu novo capítulo começa assim: “A análise é um caminho e um modo de desvelamento. Se tudo fosse transparente, exposto à luz do conhecimento, não haveria necessidade de ciência. O saber é uma operação de desvendamento. Trata-se de iluminar o que está encoberto pelas sombras da ignorância, da familiaridade ou da falta de observação sistemática. Desvelar significa tirar o véu que cobre a verdade. Se muitas questões permanecem em litígio, há verdades que podem ser localizadas, descritas, enunciadas”. É uma profissão de fé.

Pesquisar deve dar prazer: “Esta é uma questão de princípio. Pesquisar quer dizer apostar no desvelamento como conhecimento. O pesquisador precisa ser movido pelo apelo da verdade. Mas o que é a verdade? O fato de que existam muitos pontos de vista e teorias significa que não há verdade? Dizer que não existe verdade afirma automaticamente uma proposição de verdade. Se o enunciador está certo, e não existe verdade, então ele está errado, pois acaba de formular uma verdade. A pluralidade não pode apagar o horizonte”. É simples.

O pesquisador de ciências humanas é um jornalista fazendo grandes reportagens investigativas e intelectuais de profundidade envolvendo apuração, interpretação, explicação e até opinião argumentada. Pode fazer citações, usar autores e seus livros como fontes, amparar-se em teorias, mas o essencial é o dado novo que colhe e interpreta. Todo material usado deve ser referenciado de maneira a ser facilmente encontrado por quem quiser checar os dados ou ir além. Trabalho acadêmico não precisa ser escrito de modo obscuro. Mas também não pode ser confundido com crônica. Tudo precisa ser argumentado, mostrado, demonstrado. É exercício de racionalidade argumentativa.

Uma tese não pode concorrer como filme num festival de cinema. Um filme não pode valer por uma tese. São campos diferentes. Não se pode jogar basquete com as regras do futebol. Nem o contrário. A cientificidade não está nas regrinhas formais de citação, que são importantes para facilitar o entendimento e a localização das fontes. O fundamental está no que é descoberto: “desocultado”, destapado, desencoberto, revelado, desvelado. Se, ao final, for difícil dizer o que foi descoberto, algo falhou. Não precisa ser a lei da gravidade.

Penso ter dado a minha pequena, mas útil, contribuição para quem deseja fazer um TCC, uma monografia, uma dissertação, uma tese. É um pequeno livro resultante de experiência prática e postura teórica. O pesquisador não pode duvidar da existência de fatos. Deve buscá-los. Não pode tampouco ignorar que fatos são interpretados diversamente.

topo ↗

## **FOLHA DO SUL - NOTÍCIAS**

### **Unipampa definirá novo reitor em agosto**

#### **Instituição divulga que se inscreveram seis postulantes ao cargo**

A Universidade Federal do Pampa terá, neste ano, a eleição para a escolha do novo reitor da instituição. A comissão pró-consulta geral (CPC-G) divulgou na segunda-feira, a lista de pré-candidatos que irão à consulta pública pela comunidade acadêmica. A homologação e a divulgação das candidaturas oficializadas, após o período de recursos, estão previstas para ocorrerem na próxima segunda-feira, 1º de julho. O atual reitor, professor Marco Antônio Fontoura Hansen, não irá concorrer à reeleição. Ele tomou posse no cargo em 16 de dezembro de 2015. Seis candidatos demonstraram interesse em participar da consulta. Conforme a assessoria de comunicação da Unipampa, durante a campanha, serão realizados dois debates: o primeiro no dia 9 de julho e o segundo em 20 de agosto. Os locais serão definidos no dia 2 de julho, por meio de sorteio. A consulta à comunidade acadêmica será realizada no dia 28 de agosto, nos 10 campi da Unipampa e na reitoria.

#### **Resumo dos currículos dos pré-candidatos:**

Rosana Soibermann Glock - graduada em Fisioterapia pelo Instituto Porto Alegre da Igreja Metodista (1984) e em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS, 1991). Especialista em Educação Psicomotora, em Metodologia de Ensino Superior, em Administração de Recursos Humanos e em Administração Hoteleira. Mestra (2002) e doutora (2005) em Gerontologia Biomédica com ênfase em Bioética e Ética em Pesquisa pela PUCRS. Na Unipampa, é professora associada no Campus Uruguiana.

**José Waldomiro Jiménez Rojas** - graduado em Engenharia Civil pela Universidade de Passo Fundo (2005), mestre em Engenharia Civil (Geotecnia) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, 2007), especialista em Licenciamento Ambiental pela Universidade Gama Filho (2010) e doutor em Engenharia Civil (Geotecnia) pela UFRGS. Na Unipampa, é professor do Magistério Superior nos cursos de Engenharia Sanitária e Ambiental, Geologia, Geofísica e Mineração. Desde 2015, ocupa o cargo de pró-reitor adjunto de Planejamento e Infraestrutura (Proplan).

**Roberlaine Ribeiro Jorge** - graduado em Engenharia Agrícola pela Universidade Federal de Pelotas (1990), mestre em Engenharia de Produção pela UFRGS (1999) e doutor em Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental pela UFRGS (2013). Na Unipampa, é professor adjunto no Campus Alegrete. Desde 2017, ocupa o cargo de diretor do Campus Alegrete.

**Jefferson Marçal da Rocha** - graduado em Ciências Econômicas pela Fundação Educacional de Alegrete (1989), mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul - Bolsa CNPq (1999), doutor em Meio Ambiente e Desenvolvimento pela Universidade Federal do Paraná - Bolsa **Capes** (2004) e pós-doutor em Gestão Ambiental (Unex - Universidade de Extremadura - Espanha, 2005/2006 - Bolsa CE) e em Desenvolvimento Regional (Universidade de Santa Cruz do Sul - 2017/2018 - Bolsa **Capes**). Na Unipampa, é professor associado e docente do Programa de Pós-Graduação em Educação.

**Hélvio Rech** - graduado em Engenharia Agrônômica pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (1991). Especialista em regulação dos serviços públicos concedidos (USP-Unicamp-EFEI). Mestre em Energia pela Universidade de São Paulo (USP) e doutor em Ciências pela USP. Na Unipampa, é professor adjunto e atua no curso de Engenharia de Energia do Campus Bagé, no qual ministra as disciplinas Centrais Termelétricas, Tecnologias de Energia Hidráulica, Gestão e Planejamento Ambiental, Avaliação de Impacto Ambiental e Energia, Ambiente e Sociedade.

**Ana Cristina da Silva Rodrigues** - Graduada em Licenciatura em Pedagogia - Séries Iniciais pela UFRGS (1992), mestra em Educação pela UFRGS (1999) e doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2008). Na Unipampa, é professora adjunta III e docente no Mestrado Profissional em Educação. Desde 2015, ocupa o cargo de diretora do Campus Jaguarão.

topo ↗

## **MSN - TEMPO REAL**

### **USP propõe reformular pós-graduação e reduzir tempo para formar doutores**

**SÃO PAULO** - A Universidade de São Paulo (USP) quer oferecer um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. Com o novo formato, a instituição espera aumentar o número de doutores e, assim, estimular uma produção científica de maior impacto. Com a redução de um ano, também propõe oferecer um auxílio financeiro maior do que em outros programas para atrair os melhores pesquisadores do País.

Além da USP, Unicamp, Unesp e Unifesp estudam aderir à proposta, sob análise do governo federal. © Rafael Arbex / ESTADAO Além da USP, Unicamp, Unesp e Unifesp estudam aderir à proposta, sob análise do governo federal

A proposta foi encaminhada à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação (MEC) principal financiadora da

pós-graduação na USP. O Estado apurou que a análise está em fase avançada e a expectativa é de que o convênio para o novo formato seja assinado ainda no 2º semestre, para que comece a vigorar em 2020. Outras três universidades – Unicamp, Unesp e Unifesp – estudam aderir à proposta.

O novo sistema prevê que o aluno ingresse no mestrado e, ao fim do 1º ano, seja avaliado (com a apresentação de projeto ou pelo desempenho nas disciplinas) pelo orientador. Se há bom aproveitamento, ele já segue direto para o doutorado e teria mais quatro anos para concluí-lo. Assim, se exclui a necessidade de ter título de mestre antes de entrar no doutorado – formalmente já não há exigência do mestrado, mas, na prática, a maioria dos programas o coloca como pré-requisito.

“Demoramos muito para formar um doutor e, conseqüentemente, ter acesso à produção científica dele. São dois anos no mestrado, mais quatro no doutorado, sem contar o tempo que o pesquisador perde esperando prazo para as provas, financiamento. Na USP, se demora, em média, dez anos para conseguir a titulação completa”, disse ao Estado o pró-reitor de pós-graduação, Carlos Carlotti. Hoje, na maioria dos programas de pós ao fim do mestrado é preciso ser aprovado em um processo seletivo para ingressar no doutorado – hiato que leva, em média, de 3 a 4 anos.

Carlotti argumenta que o modelo trará mais estabilidade ao estudante, já que, se for selecionado para receber uma bolsa de financiamento, a garantirá até o fim da titulação. “Só metade dos pós-graduandos consegue bolsa. Às vezes, mesmo quem conseguiu o auxílio no mestrado, faz essa pausa antes do doutorado para juntar dinheiro, fazer uma reserva, porque não sabe se vai conseguir bolsa novamente.”

Como a **Capes** teria um ano a menos para financiar o pesquisador, a USP sugeriu que seja paga uma taxa de bancada (que serve para a compra de equipamentos, viagens e congressos que colaborem com a pesquisa) de R\$ 700 ao mês. “As bolsas têm um valor muito pequeno. Então, essa taxa seria um atrativo importante e pode nos ajudar a atrair os melhores talentos.” Hoje, a **Capes** paga R\$ 1,5 mil por mestrando e R\$ 2,2 mil por doutorando – o valor não é reajustado há seis anos.

## Qualificação

Com a proposta, a USP quer concentrar recursos financeiros, equipamentos e professores para o doutorado. Hoje, a universidade forma 4 mil mestres por ano, mas só 1,5 mil ingressa no doutorado.

Segundo Carlotti, partiu da **Capes** o pedido para que a USP apresentasse uma proposta que alterasse o modelo atual, criado em 1965. “O plano nacional de pós-graduação tem como meta aumentar o impacto da produção científica e diz que um dos caminhos é incentivar o doutorado. Antes, quando não havia tantos programas de pós pelo País, era importante formarmos mestres para disseminar a ciência. Agora, a demanda é outra.”

Se for aprovado pela **Capes**, o novo modelo terá adesão voluntária dos programas da USP. Segundo Carlotti, 50% dos coordenadores dos programas de pós já demonstraram interesse e ele acredita chegar a mais de 90% nos próximos anos.

Flavia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), avalia que o novo modelo pode beneficiar quem quer seguir a vida acadêmica. “Hoje, muita gente

se vê obrigada a fazer um mestrado para poder prestar concurso ou ter uma promoção profissional. Quem quer fazer pesquisa pode ir direto para o doutorado.” Ela alerta, porém, que o mestrado não deve ser eliminado ou perder espaço no financiamento. Procura menor leva interessado a ‘pular’ etapa

Sem ter feito mestrado, o doutorando Fabio Muffo, de 39 anos, pesquisa desde 2016 o comportamento do buraco negro Sagitário A\*, localizado no centro da Via Láctea, pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP.

Abrir mão do mestrado foi a opção para “ganhar tempo”. “Terminei a graduação e estava interessado na pós, mas já era mais velho. Teria de fazer dois anos de mestrado e mais quatro de doutorado”, afirma Muffo, que, formado em Administração, estava na segunda faculdade, de Astronomia. “Para mim, a principal vantagem foi o tempo, mas há quem pule a etapa porque há menos procura por vagas de doutorado.” Mas, sem ter feito a etapa anterior, o aluno precisa fazer número maior de disciplinas no doutorado - seis, em vez de quatro. O prazo para entrega da tese também é maior, superior a cinco anos.

Professor do Instituto de Física da USP e membro da equipe do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que venceu o Prêmio Nobel da Paz de 2007, Paulo Artaxo diz que “pular” o mestrado já é comum no exterior. “Originalmente, o mestrado era uma qualificação intermediária, em que o sujeito não precisava fazer um trabalho inovador. Era basicamente um treinamento para o doutorado”, diz. “O ideal é realmente dar o passo principal, o doutorado direto depois da graduação, como em Harvard (EUA) ou outros lugares desenvolvidos.”

Para ele, a proposta também facilita a carreira acadêmica. “Quem fez mestrado já defendeu a dissertação diante de uma banca, então certamente está qualificado para doutorado. Não precisa burocratizar mais uma etapa da vida do sujeito.”  
Maturação

A bióloga Paula Carvalho, de 33 anos, diz que o novo modelo deve ajudar quem tem certeza da linha de pesquisa que quer seguir, mas pode prejudicar quem pretende mudar de área entre as titulações, como foi o seu caso. Durante o mestrado em microbiologia, ela percebeu que não tinha interesse em trabalhar na área e levou dois anos para descobrir que queria mesmo é trabalhar com saúde pública. “Precisei de um tempo de maturação, dei aula e só depois entendi o que me atraía para a vida acadêmica”, conta. Ela ingressou no doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP e, hoje, já está no pós-doutorado.

Na Europa e nos EUA, titulações já são independentes

O novo modelo proposto pela USP segue o formato adotado na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos, que dissociaram o título de mestrado para o ingresso no doutorado.

Nos Estados Unidos, são consideradas titulações diferentes e independentes. O aluno pode, ao fim da graduação, já ingressar no doutorado. Também não há um tempo fixo para todos os programas de doutorado, que podem levar de dois a cinco anos.

Modelo semelhante é mantido por 47 países europeus, que são signatários do Tratado de

Bolonha. Para o título de mestrado, é preciso cumprir um número mínimo de créditos em um período de três a quatro semestres. Já o doutorado, além da exigência dos créditos, prevê a necessidade de elaboração de tese original e especificamente elaborada para a titulação. Os dois também são independentes e não há pré-requisito de um para o outro. /COLABOROU FELIPE RESK

topo ↗

## O PRESENTE - TEMPO REAL

### **Cortes de bolsas de pós-graduação podem afetar áreas de pesquisa da Unioeste**

Em seis meses de governo, o Ministério da Educação (MEC) teve dois ministros e uma série de propostas polêmicas – algumas seguidas por recuos. As mais controversas e que inclusive impulsionaram a convocação de mobilizações de estudantes em dezenas de cidades do Brasil dizem respeito ao contingenciamento orçamentário em universidades e institutos federais anunciados pelo presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Educação, Abraham Weintraub.

O governo efetuou, no total, um bloqueio de R\$ 7,4 bilhões sobre todo o orçamento de 2019 do Ministério da Educação, que é de R\$ 149 bilhões e engloba despesas para custear todos os níveis educacionais, da educação básica ao Ensino Superior. Desse total, em torno de R\$ 2 bilhões afetam instituições federais de Ensino Superior. O restante do bloqueio, de R\$ 5,4 bilhões, atingiu outras áreas.

Outra medida que já saiu do plano do discurso para a prática foi a suspensão de novas bolsas de mestrado e doutorado pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma das principais entidades de fomento a pesquisas em nível de pós-graduação no Brasil.

Instituição ligada ao MEC, a **Capes** perdeu R\$ 819 milhões do total de R\$ 4,1 bilhões de verba não obrigatória e anunciou o congelamento de bolsas “ociosas” – ou seja, bolsas que ainda não foram liberadas para alunos que passaram nos editais de pesquisa científica.

“Nós temos um capital científico instalado que é extraordinário e que a gente consegue comparar com países desenvolvidos que tiveram investimentos fortíssimos do Poder Público para as universidades públicas no tocante ao ensino e, sobretudo, no que se refere à pós-graduação, tendo em vista que é na pós-graduação que efetivamente ocorrem as pesquisas de ponta. É nela que se produzem as descobertas científicas que demoram dois, três, quatro, dez anos. É um investimento de média e longa duração”, destaca o diretor-geral do campus da Unioeste em Marechal Rondon, Davi Félix Schreiner.

Atualmente, entre mestrados e doutorados, a Unioeste conta com 50 cursos de pós-graduação strictu sensu. No campus rondonense são nove cursos de pós-graduação, sendo cinco mestrados e quatro doutorados.

Conforme Schreiner, esses 50 cursos dispõem para seu funcionamento a atuação de 847 doutores e pós-doutores (entre temporários e efetivos), um percentual que representa 74% do corpo docente. O campus de Marechal Rondon está acima da média geral dos demais campi: 77,4% do seu corpo docente é composto por doutores e pós-doutores, um total de 280 profissionais, sem contar os outros 90 mestres. “É um número muito expressivo. Se pegarmos as universidades Brasil afora não é qualquer uma que tem esse

percentual de 77,4% de doutores no seu corpo docente, o que mostra a qualificação que se tem não apenas na pós-graduação, mas também a excelência do ponto de vista do ensino na graduação, porque os doutores que necessariamente atuam na pós-graduação têm por normativa da **Capes** que precisam atuar também no ensino da graduação”, comenta o diretor-geral.

Segundo ele, nos recentes cortes de bolsa, intitulada pela **Capes** de Fase I, o campus rondonense da Unioeste não teve nenhuma bolsa retirada, pois todas as cotas estavam concedidas a discentes dos programas. Cabe salientar que programas que estão sendo encerrados não foram considerados no levantamento, pois não possuem mais cota de bolsa **Capes**. Mestrados profissionais também não foram inclusos, pois não são contemplados com bolsa **Capes**, da mesma forma que os programas em rede nacional não constam no levantamento, já que as bolsas são concedidas pela instituição gestora.

Apesar disso, os campi da Unioeste em Cascavel, Toledo e Foz do Iguaçu tiveram corte de bolsas em três programas de pós-graduação. “Neste momento nós não tivemos perda de bolsas no campus de Rondon, mas se permanecer essa política, a possibilidade é grande, porque as projeções indicam isso”, analisa o diretor do campus rondonense.

Além disso, pesquisadores com bolsas custeadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) também estão em alerta em relação à manutenção da verba. “Os cortes estão anunciados, mas por hora não temos informação de quantas bolsas efetivamente nós teremos ou não na Unioeste”, revela.

## PREOCUPAÇÃO

Por outro lado, o corte de investimentos em pesquisa científica e na pós-graduação é vista com preocupação por Schreiner. “Começa a se desmontar uma estrutura instalada que alimenta não apenas o sistema de formação dos pesquisadores, mas que efetivamente produz tecnologias, saberes e proporcionam essa transferência de tecnologias e saberes para a área econômica e social. Então inevitavelmente é imprescindível que se tenha no país uma pós-graduação forte e, portanto, uma forte produção científica, porque isso está diretamente vinculado ao desenvolvimento econômico e social”, diz, pontuando que na medida em que se começa a ter cortes, há o desmantelamento da estrutura existente, passando a se produzir menos e deixando de avançar.

O diretor do campus rondonense lembra que apesar de muitos entenderem que universidades estaduais são única e exclusivamente financiadas com recursos do Estado, nesse caso o Governo do Paraná, os recursos são compostos por repasses do Estado, dos recursos próprios gerados e daqueles que advêm do governo federal, sejam em investimentos para construções de laboratórios e aquisição de equipamentos, como também para o financiamento da pós-graduação. “Em nível federal, no campus de Marechal Rondon, são 107 bolsas para pós-graduação destinadas a alunos de mestrado e doutorado. Sem falar nas bolsas produtividade de pesquisa que são concedidas a pesquisadores de ponta. Além das bolsas da Fundação Araucária, que é um número bem inferior”, cita.

As bolsas de pós-graduação têm os valores de R\$ 1,5 mil para mestrado e R\$ 2,2 mil para doutorado. “Isso significa uma injeção extraordinária na economia local porque essa bolsa é para o aluno se manter. Ele vai injetar esses recursos na economia do município. Os alunos que recebem bolsas se dedicam integralmente à pesquisa, o que é extremamente importante, porque na medida em que o aluno tem pouco tempo de dedicação, necessitando de um emprego remunerado, isso causa um prejuízo em relação aos demais e também aos resultados”, expõe, enaltecendo que os programas de mestrado e doutorado precisam atingir índices de produção sob o ponto de vista da quantidade e, sobretudo, da qualidade. “Os programas são avaliados anualmente e nestes relatórios que são enviados à **Capes** é preciso contar quantos alunos se formaram mestres ou doutores naquele ano, os artigos e capítulos de livros produzidos, além de trabalhos apresentados em congressos e eventos. Da mesma forma isso é exigido dos professores que atuam. Os professores não apenas ministram aula na pós-graduação, eles orientam cada um desses alunos em seus trabalhos de pesquisa que ao final defendem como dissertação de mestrado ou tese de doutorado”, ressalta.

Diretor-geral do campus da Unioeste em Marechal Rondon, Davi Félix Schreiner: “Começa a se desmontar uma estrutura instalada que alimenta não apenas o sistema de formação dos pesquisadores, mas que efetivamente produz tecnologias, saberes e proporcionam essa transferência de tecnologias e saberes para a área econômica e social” (Foto: O Presente)

topo 

## **TERRA - TEMPO REAL**

**USP propõe reformular pós-graduação e reduzir tempo para formar doutores**  
**Aluno poderá migrar para doutorado ao fim do 1º ano de mestrado, para evitar hiato entre uma etapa e outra; universidade diz que objetivo é diminuir burocracia e aumentar produção científica de grande impacto. Expectativa é iniciar mudança em 2020**

SÃO PAULO - A Universidade de São Paulo (USP) quer oferecer um novo modelo de pós-graduação, integrando o mestrado ao doutorado, o que reduziria o tempo total de titulação de seis para cinco anos. Com o novo formato, a instituição espera aumentar o número de doutores e, assim, estimular uma produção científica de maior impacto. Com a redução de um ano, também propõe oferecer um auxílio financeiro maior do que em outros programas para atrair os melhores pesquisadores do País.

A proposta foi encaminhada à Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (**Capes**), ligada ao Ministério da Educação (MEC) principal financiadora da pós-graduação na USP. O Estado apurou que a análise está em fase avançada e a expectativa é de que o convênio para o novo formato seja assinado ainda no 2º semestre, para que comece a vigorar em 2020. Outras três universidades - Unicamp, Unesp e Unifesp - estudam aderir à proposta.

O novo sistema prevê que o aluno ingresse no mestrado e, ao fim do 1º ano, seja avaliado (com a apresentação de projeto ou pelo desempenho nas disciplinas) pelo orientador. Se há bom aproveitamento, ele já segue direto para o doutorado e teria mais quatro anos para concluí-lo. Assim, se exclui a necessidade de ter título de mestre antes de entrar no doutorado - formalmente já não há exigência do mestrado, mas, na prática, a maioria dos programas o coloca como pré-requisito.

"Demoramos muito para formar um doutor e, consequentemente, ter acesso à produção científica dele. São dois anos no mestrado, mais quatro no doutorado, sem contar o tempo que o pesquisador perde esperando prazo para as provas, financiamento. Na USP, se demora, em média, dez anos para conseguir a titulação completa", disse ao Estado o pró-reitor de pós-graduação, Carlos Carlotti. Hoje, na maioria dos programas de pós ao fim do mestrado é preciso ser aprovado em um processo seletivo para ingressar no doutorado - hiato que leva, em média, de 3 a 4 anos.

Carlotti argumenta que o modelo trará mais estabilidade ao estudante, já que, se for selecionado para receber uma bolsa de financiamento, a garantirá até o fim da titulação. "Só metade dos pós-graduandos consegue bolsa. Às vezes, mesmo quem conseguiu o auxílio no mestrado, faz essa pausa antes do doutorado para juntar dinheiro, fazer uma reserva, porque não sabe se vai conseguir bolsa novamente."

Como a **Capes** teria um ano a menos para financiar o pesquisador, a USP sugeriu que seja paga uma taxa de bancada (que serve para a compra de equipamentos, viagens e congressos que colaborem com a pesquisa) de R\$ 700 ao mês. "As bolsas têm um valor muito pequeno. Então, essa taxa seria um atrativo importante e pode nos ajudar a atrair os melhores talentos." Hoje, a **Capes** paga R\$ 1,5 mil por mestrando e R\$ 2,2 mil por doutorando - o valor não é reajustado há seis anos.

## Qualificação

Com a proposta, a USP quer concentrar recursos financeiros, equipamentos e professores para o doutorado. Hoje, a universidade forma 4 mil mestres por ano, mas só 1,5 mil ingressa no doutorado.

Segundo Carlotti, partiu da **Capes** o pedido para que a USP apresentasse uma proposta que alterasse o modelo atual, criado em 1965. "O plano nacional de pós-graduação tem como meta aumentar o impacto da produção científica e diz que um dos caminhos é incentivar o doutorado. Antes, quando não havia tantos programas de pós pelo País, era importante formarmos mestres para disseminar a ciência. Agora, a demanda é outra."

Se for aprovado pela **Capes**, o novo modelo terá adesão voluntária dos programas da USP. Segundo Carlotti, 50% dos coordenadores dos programas de pós já demonstraram interesse e ele acredita chegar a mais de 90% nos próximos anos.

Flavia Calé, presidente da Associação Nacional de Pós-Graduandos (ANPG), avalia que o novo modelo pode beneficiar quem quer seguir a vida acadêmica. "Hoje, muita gente se vê obrigada a fazer um mestrado para poder prestar concurso ou ter uma promoção profissional. Quem quer fazer pesquisa pode ir direto para o doutorado." Ela alerta, porém, que o mestrado não deve ser eliminado ou perder espaço no financiamento.

Procura menor leva interessado a pular etapa

Sem ter feito mestrado, o doutorando Fabio Muffo, de 39 anos, pesquisa desde 2016 o comportamento do buraco negro Sagitário A\*, localizado no centro da Via Láctea, pelo Instituto de Astronomia, Geofísica e Ciências Atmosféricas (IAG) da USP.

Abrir mão do mestrado foi a opção para "ganhar tempo". "Terminei a graduação e

estava interessado na pós, mas já era mais velho. Teria de fazer dois anos de mestrado e mais quatro de doutorado", afirma Muffo, que, formado em Administração, estava na segunda faculdade, de Astronomia. "Para mim, a principal vantagem foi o tempo, mas há quem pule a etapa porque há menos procura por vagas de doutorado." Mas, sem ter feito a etapa anterior, o aluno precisa fazer número maior de disciplinas no doutorado - seis, em vez de quatro. O prazo para entrega da tese também é maior, superior a cinco anos.

Professor do Instituto de Física da USP e membro da equipe do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) que venceu o Prêmio Nobel da Paz de 2007, Paulo Artaxo diz que "pular" o mestrado já é comum no exterior. "Originalmente, o mestrado era uma qualificação intermediária, em que o sujeito não precisava fazer um trabalho inovador. Era basicamente um treinamento para o doutorado", diz. "O ideal é realmente dar o passo principal, o doutorado direto depois da graduação, como em Harvard (EUA) ou outros lugares desenvolvidos."

Para ele, a proposta também facilita a carreira acadêmica. "Quem fez mestrado já defendeu a dissertação diante de uma banca, então certamente está qualificado para doutorado. Não precisa burocratizar mais uma etapa da vida do sujeito."

## Maturação

A bióloga Paula Carvalho, de 33 anos, diz que o novo modelo deve ajudar quem tem certeza da linha de pesquisa que quer seguir, mas pode prejudicar quem pretende mudar de área entre as titulações, como foi o seu caso. Durante o mestrado em microbiologia, ela percebeu que não tinha interesse em trabalhar na área e levou dois anos para descobrir que queria mesmo é trabalhar com saúde pública. "Precisei de um tempo de maturação, dei aula e só depois entendi o que me atraía para a vida acadêmica", conta. Ela ingressou no doutorado na Faculdade de Saúde Pública da USP e, hoje, já está no pós-doutorado.

Na Europa e nos EUA, titulações já são independentes

O novo modelo proposto pela USP segue o formato adotado na maioria dos países da Europa e nos Estados Unidos, que dissociaram o título de mestrado para o ingresso no doutorado.

Nos Estados Unidos, são consideradas titulações diferentes e independentes. O aluno pode, ao fim da graduação, já ingressar no doutorado. Também não há um tempo fixo para todos os programas de doutorado, que podem levar de dois a cinco anos.

Modelo semelhante é mantido por 47 países europeus, que são signatários do Tratado de Bolonha. Para o título de mestrado, é preciso cumprir um número mínimo de créditos em um período de três a quatro semestres. Já o doutorado, além da exigência dos créditos, prevê a necessidade de elaboração de tese original e especificamente elaborada para a titulação. Os dois também são independentes e não há pré-requisito de um para o outro. /COLABOROU FELIPE RESK

## A CIDADE ON - TEMPO REAL

**UFSCar abre inscrições para mestrado e doutorado em educação**

**As inscrições deverão ser realizadas até o dia 19 de julho. No total, estão sendo oferecidas 57 vagas para o mestrado e 39 para o doutorado**

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UFSCar abriu processo seletivo para os cursos de mestrado acadêmico e doutorado, com ingresso no primeiro semestre de 2020. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pelo site do Programa até o dia 19 de julho, mediante envio de documentação, detalhada nos editais. No total, estão sendo oferecidas 57 vagas para o mestrado e 39 para o doutorado.

O processo seletivo para o mestrado será composto por quatro fases: avaliação do projeto de pesquisa, prova escrita, arguição do projeto e análise de currículo. As três primeiras são eliminatórias e a última é classificatória. Para o doutorado, o processo tem três fases, sendo as duas primeiras eliminatórias - análise do projeto de pesquisa e arguição do projeto - e a terceira é análise do currículo, de caráter classificatório.

Classificado pela **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** com conceito 5, o PPGE tem sete linhas de pesquisa: "Educação em Ciências e Matemática"; "Educação Escolar: Teorias e Práticas"; "Educação, Cultura e Subjetividade"; "Estado, Política e Formação Humana"; "Formação de Professores e outros Agentes Educacionais"; "História, Filosofia e Sociologia da Educação"; e "Práticas Sociais e Processos Educativos".

Todas as informações sobre o processo seletivo - como cronograma completo, documentação exigida, vagas e membros da comissão de seleção - constam nos editais, disponíveis em [www.ppge.ufscar.br](http://www.ppge.ufscar.br), onde também há detalhes sobre o Programa.

topo ↗

## **AGORA - TO - TEMPO REAL**

### **Professores de escola pública do Tocantins viajam para os EUA para um intercâmbio**

O Tocantins tem dois professores participando do Programa de Desenvolvimento Profissional de Professores de Língua Inglesa nos Estados Unidos (PDPI). São eles, o professor Ionê Alves Barbosa, que leciona no Colégio Estadual Ary Valadão Filho, localizado em Colmeia, e a professora Ludmila Correia da Silva Honorio e Santos.

Eles estão em São Paulo, desde o dia 25, participando de reunião para orientações pré-viagem e concessão de vistos. O professor Ionê viaja nesta quinta-feira, 27, à noite, para o estado de Iowa, nos Estados Unidos.

O programa oferece 486 bolsas para cursos intensivos de seis semanas em uma universidade nos EUA, entre julho e agosto de 2019, e os professores aprovados poderão participar de três modalidades: desenvolvimento de metodologias, aprimoramento em inglês intermediário I e II.

Os professores foram selecionados por meio de um processo de apresentação de documentos e teste de proficiência. Ionê explicou que se preparou muito para ser aprovado nesse processo de aperfeiçoamento. "Uma experiência de convívio com a cultura, e a vivência diária com o idioma só enaltece o conhecimento e ajuda a diversificar as metodologias usadas em sala de aula com os alunos, além de ser uma realização pessoal e profissional", frisou Ionê.

Os cursos intensivos visam fortalecer o domínio das quatro habilidades linguísticas, que

são: compreender, falar, ler e escrever em inglês. O intercâmbio também promove imersão em um país de língua inglesa, ampliando a capacidade de contextualização histórica e cultural no ensino do idioma. E haverá momentos para compartilhar metodologias de ensino.

O programa é uma realização da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e a Comissão para o Intercâmbio Educacional entre os Estados Unidos da América e o Brasil (Comissão Fulbright). (Por Josélia de Lima)

topo ↗

## CONFAP - TEMPO REAL

### **Novo prazo de inscrição de consórcios no Ciência na Escola vai até 12 de julho**

O Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) e o Ministério da Educação prorrogaram na última segunda-feira (24) o prazo de inscrições da chamada de instituições do programa Ciência na Escola. O novo prazo de submissão é 12 de julho. As inscrições são feitas pelo site [www.ciencia-na-escola.gov.br](http://www.ciencia-na-escola.gov.br) na aba “Chamada Instituições”.

A mudança no cronograma se deve a pedidos enviados ao ministério para prorrogação do prazo, assim como possibilitar maior concorrência para submissão das melhores propostas. O novo prazo não altera a contratação dos projetos e a realização de um seminário com as propostas escolhidas previstos para este ano.

Podem participar da chamada universidades federais, que devem se coligar obrigatoriamente ao menos a um Instituto Federal de Ciência e Tecnologia (IF) ou Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet). Também podem compor o consórcio instituições de ensino superior públicas ou privadas, Institutos de Ciência e Tecnologia, redes educacionais estaduais e municipais e espaços científicos e culturais, como museus, planetários e observatórios.

### **Ciência na Escola**

O objetivo do Ciência na Escola é aprimorar o ensino de ciências na educação básica, promover o ensino com foco na solução de problemas, intensificar a qualificação de professores para o ensino de ciências, estimular o interesse dos jovens pelas carreiras científicas e popularizar a ciência.

O investimento total será de R\$ 100 milhões provenientes do Ministério da Educação. Há um teto de R\$ 20 milhões para propostas Regionais (que envolvam no mínimo três estados de uma mesma Região do país); R\$ 10 milhões para projetos Interestaduais (com dois estados na mesma Região); e R\$ 4 milhões para iniciativas Estaduais (feitas em apenas um Estado). Os projetos também devem atender pelo menos 30% de escolas “Maioria PBF”, definidas assim por serem compostas em sua maior parte por estudantes cujas famílias são beneficiárias do programa Bolsa Família.

O programa também conta com outras três iniciativas.

- A chamada pública MCTIC/CNPq 5/2019 para apoiar pesquisadores e projetos que contribuam para o desenvolvimento científico e tecnológico na temática do ensino de ciências na educação básica teve mais de 900 inscrições e está na fase de seleção dos projetos pelo CNPq.

· A Olimpíada Nacional de Ciências, que conta com as disciplinas de física, química, biologia e astronomia, está com inscrições abertas até 6 de agosto. Desde 1º de junho já foram 175 mil inscrições.

· O programa Ciência é Dez, de especialização à distância no ensino de ciências para professores dos últimos anos do ensino fundamental e do ensino médio deve iniciar as inscrições em setembro e será promovido pela **Capes**.

Confira o novo cronograma no link.

topo ↗

## G1 - TEMPO REAL

**Ensino Médio terá ampliação da carga horária de 800 para mil horas anuais na BA; mudança valerá a partir de 2020**

**De acordo com a Secretaria da Educação do Estado, medida atende à determinação do Governo Federal para a implementação do Novo Ensino Médio e cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).**

O Ensino Médio terá ampliação de carga horária de 800h para 1000h anuais na Bahia a partir de 2020, segundo informações divulgadas nesta quinta-feira (27) pela Secretaria Estadual da Educação. Isso vai representar, diariamente, uma hora a mais dos estudantes na escola.

A medida, segundo o órgão, atende à determinação do Governo Federal, por meio da Lei de Diretrizes e Bases, para a implementação do Novo Ensino Médio e cumprimento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O estado ainda não informou se a hora adicional deverá ser acrescentada no início ou no final das aulas, se haverá contratação de mais professores e nem qual será o impacto econômico da mudança.

A Secretaria diz que a mudança valerá, a partir de 2020, para todos os Estados e tem o objetivo de melhorar o desempenho dos estudantes, ofertando itinerários em áreas de conhecimento.

Ainda conforme o órgão, esta alteração está sendo discutida em todo o Brasil e será implantada progressivamente até 2025.

Por meio de nota, a Secretaria da Educação do Estado da Bahia disse que já vem promovendo esta discussão desde 2017 junto à comunidade escolar e aos diferentes organismos ligados à Educação do Estado.

Em 2018, por meio de consulta pública, diz ter iniciado a construção do referencial curricular “Currículo Bahia” para a Educação Infantil e o Ensino Fundamental.

Em 2019, diz o órgão, 565 unidades da rede estadual de ensino da Bahia estão sendo envolvidas na construção de propostas de flexibilização curricular. Isso significa, conforme a secretaria, que as construções do currículo do Novo Ensino Médio terão disciplinas que estimulem a autonomia e o protagonismo dos estudantes com o tempo dedicado a novos pilares de aprendizagem, a exemplo de projetos de vida.

O Estado também já estuda como acontecerá a adequação da carga-horária para o atendimento à Legislação Federal e deverá realizar consulta pública para a construção da etapa do Ensino Médio para o “Currículo Bahia”, respeitando a diversidade dos Territórios de Identidade.

No final de 2018, o Ministério da Educação (MEC) homologou as novas Diretrizes Curriculares Nacionais do ensino médio. As medidas fazem parte da reforma do ensino médio brasileiro, sancionada em 2017.

topo ↗

## **GRUPO ORZIL - TEMPO REAL**

### **Balanco mostra perfil de produtos de mestrados profissionais**

Mais de 60% dos produtos de mestrados do convênio firmado entre a CAPES e o Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) envolveram o desenvolvimento de processos ou tecnologias que otimizam o trabalho. O dado foi apresentado nesta quarta-feira, 26, em Brasília, durante o segundo e último dia do Encontro Nacional dos Pesquisadores dos Mestrados Profissionais de Enfermagem.

Lucia Nichiata, coordenadora-adjunta de Programas Profissionais de Enfermagem da CAPES, destacou que entre os principais produtos de trabalhos de conclusão de curso estão, ainda, o desenvolvimento de aplicativos (13,3%), atividades de formação profissional de curta duração (10,9%) e a elaboração de material didático e instrucional (9,4%). “São produtos imediatamente aplicáveis”. De acordo com a pesquisa feita por ela, 62,5% dos mestrados do convênio trabalham com atenção terciária, ou seja, atendimentos de alta complexidade.

Durante a tarde, os participantes do encontro esclareceram dúvidas sobre o segundo edital do convênio CAPES/Cofen, que deve abrir 180 novas vagas em mestrados profissionais de enfermagem no segundo semestre deste ano. Na primeira edição da iniciativa, lançada em 2016, 140 alunos foram selecionados.

(Brasília – Redação CCS/CAPES)

A reprodução das notícias é autorizada desde que contenha a assinatura CCS/CAPES

## **ARIQUEMES ONLINE - TEMPO REAL**

### **Universidade amplia número de vagas para professores formadores**

#### **Até o dia 7 de julho, interessados em participar do processo seletivo para cadastro de professores formadores podem efetuar as inscrições**

Até o dia 7 de julho, interessados em participar do processo seletivo para cadastro de professores formadores podem efetuar as inscrições. Os selecionados atuarão nos cursos de graduação oferecidos na modalidade a distância pela UFMS, em parceria com a Universidade Aberta do Brasil (UAB).

As inscrições devem ser feitas no Sigproj. Além das três vagas previstas anteriormente, foi aberta mais uma para o curso de Letras (Português e Espanhol) (confira no edital nº 21 abaixo). No total, agora são 23 vagas. Também são oferecidas sete vagas para o curso de Educação Física, seis para o de Administração Pública, quatro para o de Ciências Biológicas e duas para o de Pedagogia.

O candidato deve possuir experiência mínima de um ano como professor do ensino superior, estar disponível para viagens aos polos de apoio presencial, ter ministrado ao menos uma disciplina ou módulo a distância em cursos de graduação ou especialização,

residir em Mato Grosso do Sul e possuir experiência docente comprovada na área de conhecimento da disciplina. Além disso, cada disciplina reúne pré-requisitos específicos que devem ser observados pelos candidatos.

Para desempenhar as atividades de professor formador, os selecionados receberão, na forma de fomento, bolsa paga pela **Capes** no valor de R\$ 1,3 mil para professor formador I (três anos de experiência no magistério superior) e R\$ 1,1 mil para professor formador II (um ano de experiência no magistério superior). De acordo com o secretário especial de Educação a Distância e Formação de Professores, Cristiano Vieira, as quantidades de bolsas variam de acordo com a carga horária das disciplinas. Os polos com vagas disponíveis são os de Bataguassu, Bela Vista, Bonito, Campo Grande e São Gabriel do Oeste.

Mais informações sobre o processo seletivo podem ser obtidas nos editais abaixo. Dúvidas podem ser encaminhadas para o e-mail [selecao.sedfor@ufms.br](mailto:selecao.sedfor@ufms.br).

topo ↗

## **JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL**

### **Pós-graduação em Educação da UFSCar abre inscrições para processo seletivo de mestrado e doutorado**

#### **Pessoas interessadas devem ser inscrever até o dia 19 de julho**

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) abriu processo seletivo para os cursos de mestrado acadêmico e doutorado, com ingresso no primeiro semestre de 2020. As inscrições deverão ser realizadas exclusivamente pelo site do Programa ([www.ppge.ufscar.br](http://www.ppge.ufscar.br)) até o dia 19 de julho, mediante envio de documentação, detalhada nos editais. No total, estão sendo oferecidas 57 vagas para o mestrado e 39 para o doutorado.

O processo seletivo para o mestrado será composto por quatro fases: avaliação do projeto de pesquisa, prova escrita, arguição do projeto e análise de currículo. As três primeiras são eliminatórias e a última é classificatória. Para o doutorado, o processo tem três fases, sendo as duas primeiras eliminatórias – análise do projeto de pesquisa e arguição do projeto – e a terceira é análise do currículo, de caráter classificatório.

#### **Classificado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível**

**Superior (Capes)** com conceito 5, o PPGE tem sete linhas de pesquisa: “Educação em Ciências e Matemática”; “Educação Escolar: Teorias e Práticas”; “Educação, Cultura e Subjetividade”; “Estado, Política e Formação Humana”; “Formação de Professores e outros Agentes Educacionais”; “História, Filosofia e Sociologia da Educação”; e “Práticas Sociais e Processos Educativos”.

topo ↗

## **MIGALHAS - MIGALHAS QUENTES**

### **Livro propõe critérios para indenizar o tempo desperdiçado nas relações de consumo**

#### **Laís Bergstein, do Escritório Professor René Dotti, é a autora da obra.**

É raro encontrar quem nunca se incomodou ao gastar tempo considerável tentando resolver alguma situação com fornecedores em geral, como prestadores de serviços, empresas de telecomunicações, bancos, planos de saúde, comerciantes, etc. A sensação é de descaso, desrespeito e menosprezo.

Muitos consumidores, frustrados com o atendimento recebido, reclamam nas redes

sociais, gerando um impacto negativo à imagem das empresas, enquanto outros desistem de reclamar para não se incomodarem ainda mais. O que a maioria não sabe é que o tempo perdido nessas situações representa um direito violado, passível de ser indenizado.

E é cada vez maior o número de decisões judiciais condenando fornecedores ao pagamento de indenizações por danos morais devido à injusta ou involuntária perda do tempo do consumidor, também conhecidas como “teoria do tempo perdido”, “dano temporal” ou “desvio produtivo”. Elas já são encontradas em diversos estados brasileiros, inclusive no Superior Tribunal de Justiça (STJ) sob a rubrica dos danos morais coletivos, mas não há uma harmonização na compreensão sobre o tema, o que gera insegurança jurídica tanto para consumidores como para fornecedores.

Buscando preencher essa lacuna dos critérios para a reparação dessa especial modalidade de dano, a advogada e doutora em Direito, Laís Bergstein, do Escritório Professor René Dotti acaba de lançar pela Editora Revista dos Tribunais o livro "O tempo do consumidor e o menosprezo planejado: o tratamento jurídico do tempo perdido e a superação das suas causas".

A obra apresenta os efeitos jurídicos que o tempo exerce nas relações de consumo, em especial nos contratos de longa duração, e as possíveis consequências do atendimento inadequado ao consumidor. Segundo a autora, "ao passo que os consumidores estão cada dia mais exigentes e conscientes sobre seus direitos, em muitas situações os fornecedores não atendem a essas expectativas, resultando em inúmeras ações judiciais que poderiam ter sido evitadas com pequenas mudanças na forma de atendimento". Para propor soluções a este problema, Laís Bergstein realizou uma extensa pesquisa no exterior e na Universidade Federal do Rio Grande do Sul sob orientação da professora Claudia Lima Marques, uma das maiores referências em Direito do Consumidor no país.

A obra sugere, então, em quais situações surge ou não o dever de indenizar pelo tempo perdido e, a partir do estudo do Direito Comparado, propõe soluções para prevenir essa especial modalidade de dano, reduzindo assim as ações judiciais e a insatisfação dos consumidores.

Para o Prof. René Ariel Dotti, renomado jurista paranaense, “a investigação de Laís Bergstein vai muito mais além da indicação do tempo como um bem jurídico imaterial inerente à pessoa natural ou jurídica, pois a autora apresenta os fundamentos jurídicos sobre o tema e explica a origem dos danos aos consumidores, propondo soluções para a superação do menosprezo planejado no mercado, que afeta a todos os consumidores”.

Laís Bergstein é Advogada, Doutora em Direito do Consumidor e Concorrencial pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Mestre em Direito Econômico e Socioambiental pela PUC/PR e Bacharel pelo Centro Universitário Curitiba. Alunni do Centro de Estudos Europeus e Alemães (CDEA) e do programa Summer School in Consumer Law da Université du Québec à Montréal (UQAM). Pesquisadora convidada na Justus-Liebig-Universität Gießen (2018), vinculada aos grupos de pesquisa Mercosul, Direito do Consumidor e Globalização e Observatório da Violência Sistêmica (UFRGS) e Virada de Copérnico (UFPR). Secretária-Adjunta da Comissão Especial de Defesa do Consumidor do Conselho Federal da OAB. A tese de doutorado que originou

esta obra foi indicada pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul para o Prêmio CAPES 2019.

topo ↗

## O LIVRE - TEMPO REAL

### No Brasil, 80% das pesquisas em educação são desconsideradas pela comunidade acadêmica

Mostrei recentemente (\*, \*) que a produção científica nacional sofre de um problema grave de obesidade mórbida, pois publica uma enorme quantidade de trabalhos (mais de 70 mil artigos em 2016), mas apresentam baixíssimo impacto internacional.

Em um ranking de 66 países que publicam pelo menos 3000 artigos em 2016, estamos em 53º lugar em citações por publicação (CPP). Resultados semelhantes aconteceram nos anos anteriores: 53º lugar de 63 países em 2015, 50º lugar de 62 países em 2014, etc. Além disso, tivemos em 2016 um impacto (em CPP) 55% menor que o 1º lugar mundial, a Suíça (CPP=4,68).

Esses dados se referem a todas as áreas da produção acadêmica, portanto são uma “média geral”. É preciso olhar cada área do conhecimento individualmente para uma avaliação minuciosa. Nesse sentido, uma análise publicada em 11/02/2019 na Gazeta do Povo avaliou área por área, entre elas a de pesquisa em educação, que será o foco deste artigo.

Olhando para os países que publicaram pelo menos 100 artigos de pesquisa em educação em 2016, ficamos em penúltimo lugar em CPP entre 54 países. O Brasil publicou 1386 trabalhos de educação em 2016, mas que foram citados apenas 683 vezes (CPP=0,49). O 1º lugar de 2016 ficou com a Bélgica, com 438 publicações e 904 citações (CPP=2,06). Amargamos um impacto 76,2% menor que o 1º lugar. E como ficamos nos anos anteriores? 2015: 49º lugar de 50 países; 2014: 47º de 48 países; 2013: 50º de 50 países (último lugar!); 2012: 44º de 46 países; 2011: 45º de 46 países; 2010: 39º de 40 países; 2009: 33º de 33 países (último!); 2008: 31º de 33 países; chega!

O que constatamos sobre o impacto internacional da nossa pesquisa em educação é lamentável. Mas é importante conhecer um pouco mais dessa área, em especial as revistas de educação. Ao contrário das “hard-sciences”, a grande parte dos estudos de educação são publicados em revistas nacionais, sendo muitas delas consideradas como “top de linha” pela **Capes**. Nesse sentido, é importante analisar as revistas de educação do ponto de vista cientométrico. Para isso selecionamos 6 revistas, de acordo com a posição no ranking SRJ da Scimago de revistas de educação do Brasil em 2015; havia um total de 18 revistas nesse ano. Trabalhamos com dados divulgados em 2015, que tomam como base três anos de publicações, citações ou impacto (CPP). Os dados foram obtidos do portal Scimago Journal Ranks que utiliza a Scopus como base de dados.

Uma ressalva importante é que esse ranking SJR não mede “qualidade” (que é complicadíssimo de quantificar) ou impacto das revistas (que é medido por CPP), mas sim “influência acadêmica”. Se baseia num complexo algoritmo que dá pesos diferentes às citações que a revista recebe. De qualquer forma, selecionei revistas que são muito conhecidas da comunidade de pesquisa em educação. Para evitar criar problema com os editores das revistas nacionais, assim com os autores que ali publicam, troquei seus nomes por códigos.

A revista “BR-245”, classificada como Qualis A1 pela **Capes** (ou seja, considerada de excelente qualidade pelo comitê de educação da **Capes**), foi a 1ª colocada do Brasil no ranking SJR das revistas de educação em 2015, com a posição #254 na classificação mundial. Dos 181 artigos publicados no período, apenas 32 foram citados pelo menos 1 vez (17,7% deles), gerando um total de 42 citações, ou seja, CPP=0,23. Apesar de ser uma revista muito “famosa” de educação do Brasil, apresenta resultados insignificantes se comparado às revistas internacionais da área (vejam os dados abaixo).

A revista “BR-453” ficou em 2º lugar do Brasil no ranking SJR de 2015. Apresentou 173 publicações no período, sendo que 37 trabalhos foram citados, ou seja, 21,4%. Os artigos foram citados apenas 47 vezes, ou seja, CPP=0,27.

A revista “BR-462” foi a 3º do Brasil na classificação SRJ. Publicou 118 artigos no período, e desses somente 16 receberam alguma citação (13,6% do total), totalizando 20 citações (CPP=0,17). Essa revista é do Qualis A1 da **Capes**.

A revista “BR-497”, 4º colocada do Brasil em 2015 no ranking SJR, publicou 131 artigos no período. Apenas 20 artigos foram citados, recebendo 24 citações (CPP=0,18). A revista “BR-536” publicou 127 artigos no período, mas apenas 15 receberam alguma citação; contabilizei somente 17 citações (CPP=0,13). Ambas revistas BR-497 e BR-536 fazem parte do Qualis A1 da **Capes**.

A revista “BR-547” é mais diversificada que as anteriores, pois abrange outras áreas além da educação, como por exemplo saúde. Por esse motivo apresentou um impacto maior que as outras revistas, apesar de ser classificada como Qualis A2. Foi 6ª colocada no ranking SRJ entre as revistas nacionais. Publicou 276 artigos no período, sendo 64 deles com citação (23,2%), totalizando 87 citações (CPP=0,32).

Avaliando as 6 revistas nacionais, verificamos que há um percentual muito baixo de artigos sendo citados: 17,2%, em média (Figura 1). Mas será que é corriqueiro que as revistas de educação, no âmbito mundial, tenham artigos fracamente citados?

Para responder à pergunta acima vamos investigar revistas de educação da América do Norte e Europa. As revistas selecionadas foram as mais bem posicionadas de cada país na classificação SJR da Scimago de 2015. Como já dito acima, o índice SJR não mede qualidade das revistas. O American Journal of Educational Research (#1 na listagem SJR) publicou 119 artigos no período (2015, com base em três anos), sendo 110 deles com pelo menos 1 citação, representando 92,4% do total; foram 615 citações, com CPP=5,16 (comparem esse valor de CPP com o da revista 1ª colocada do Brasil: CPP=0,23). A revista inglesa The Internet and Higher Education (#11) produziu 100 publicações no período, sendo 84% citados; contabilizei 680 citações e CPP=6,80. Na Educational Research Review, da Holanda (#21), 52 de 53 artigos foram citados (98,1%), gerando 304 citações e CPP=5,74.

A revista alemã Metacognition and Learning (#55) publicou 38 artigos, 35 deles com citação (92,1%), gerando 178 citações (CPP=4,68). A revista canadense International Review of Research in Open and Distance Learning (#97) teve 234 publicações no período, sendo 68,4% com pelo menos 1 citação. Na revista espanhola Comunicar (#103), 103 de 121 artigos foram citados (85,1%), gerando 317 citações. O Australian Journal of Educational Technology (#106) produziu 185 artigos no período, sendo

74,6% com citação – os artigos receberam 432 citações. A revista portuguesa *European Journal of Psychology of Education* (#226) produziu 157 trabalhos e 99 foram citados (63,1%). Finalmente, a revista grega de educação em química, a *Chemistry Educational Research and Practice* (#230), produziu 167 publicações, das quais 72,5% foram citadas – os artigos receberam 395 citações (CPP=2,37).

Analisando as revistas do exterior em comparação com as seis do Brasil, a média de artigos publicados no período é de 130 e 168, respectivamente – valores não estatisticamente diferentes. Entretanto, as revistas do exterior receberam, em média, 425 citações em 2015, enquanto as do Brasil receberam 39,5 citações (diferença de 10,6 vezes!). O valor médio de impacto (CPP) e % de artigos citados das revistas do exterior foi CPP=3,78 e 81,1%, respectivamente. Já o resultado das revistas nacionais de educação foi CPP=0,22 e 17,2% – diferenças colossais entre as brasileiras e as do exterior. Mesmo que se elimine da amostragem as revistas do exterior com os maiores CPPs (#1, #11 e #21), ainda sim o impacto médio se mantém muito superior às revistas nacionais: CPP=2,73 e 76% dos artigos citados.

Para melhor apurar os baixos resultados das revistas nacionais de educação, analisei aleatoriamente mais três delas, entre as posições 7 e 18 do ranking SRJ nacional de 2015. Aqui os resultados de impacto: CPP=0,43 (revista “BR-599”), CPP=0,11 (“BR-716”) e CPP=0,04 (“BR-903”). São valores muito pequenos de CPP, assim como a média de artigos com citação dessas revistas: 15%.

O que percebemos é que a péssima colocação do Brasil no ranking de impacto mundial em pesquisa de educação (por exemplo: Brasil em 53º lugar de 54 países em 2016) se explica pelo fato de que aproximadamente 4 de cada 5 artigos de educação do Brasil não receber citação (lembrando que é um valor médio para o conjunto das 6 revistas que foram avaliadas; e este resultado não muda se recalculamos com as 3 revistas comentadas no parágrafo acima). Para as revistas do exterior, verificamos justamente o contrário: 4 de cada 5 artigos é citado. Além disso, os artigos das revistas do exterior recebem 10 vezes mais citações que as nossas.

Assim, quando um pesquisador em educação disser que é “parte da cultura da área” que as pesquisas apresentam baixo impacto, saberás que é um argumento falso. Esse texto aqui já se alongou demais, mas quero deixar claro aos leitores que não estou atacando a pesquisa em educação, e nem as revistas nacionais de forma geral. O artigo mais citado do meu ex-orientador canadense (Dr. Kenneth B. Storey) foi publicado em uma revista nacional de ciências da vida, o *Brazilian Journal of Medical and Biological Research* (“Oxidative stress: animal adaptations in nature”, publicado em 1996, e está com 689 citações no Google Scholar). De acordo com a base de dados Scimago de 2015 (de 3 anos de cobertura), essa revista publicou 481 artigos, sendo 306 deles com citação – 63,6% do total. Foram 711 citações e CPP=1,48 (esse CPP foi 6,7 vezes superior à média das revistas de educação do Brasil que estudamos).

O que está acontecendo pesquisa nacional em educação? Os números apontam para uma conclusão óbvia: que se fazem pesquisas irrelevantes, que poucas pessoas citam. Posso até arriscar dizer que poucos leem tais trabalhos. É um desperdício de verbas públicas, pois as revistas nacionais de educação são financiadas com dinheiro do contribuinte.

Um amigo e professor de administração da UnB, Dr. Geraldo Sardinha Almeida, leu o

texto antes de enviar para a Gazeta e me perguntou qual o motivo do baixo impacto dessas publicações. Questionou se são artigos de reduzida profundidade, de baixa qualidade metodológica ou se abordam temas irrelevantes. Disse a ele que responder tal pergunta iria requerer um estudo aprofundado das publicações de educação, para entender o que há de errado. Foge da minha abordagem cientométrica. Porém, lendo os editoriais de uma revista de educação “badalada” na academia, a que chamamos de “BR-254”, vemos que são bastante ideológicos:

“A EDUCAÇÃO NO ATUAL CENÁRIO POLÍTICO ECONÔMICO MUNDIAL: A DISPUTA ELEITORAL E OS RETROCESSOS NA EDUCAÇÃO” (publicado em 2018)

“A EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA EM RISCO” (2018)

“NEOCONSERVADORISMO, EDUCAÇÃO E PRIVAÇÃO DE DIREITOS” (2017)

“CRISE DO PROJETO DEMOCRÁTICO DE EDUCAÇÃO” (2017)

“EDUCAÇÃO & SOCIEDADE: UMA HISTÓRIA DE LUTA PELA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE PARA TODOS” (2017)

Além desses editoriais, fiquei curioso para com um artigo do último número da revista “BR-254”: “A construção da pedagogia socialista” (publicado no 2º semestre de 2018). Me pergunto se a ideologia não atrapalha a qualidade da ciência. O pesquisador não pode iniciar um estudo já sabendo o resultado que quer obter. Dogma não combina com ciência. Enfim, é uma conversa para um próximo artigo!

De qualquer forma, me preocupa saber que os doutores acadêmicos (em pedagogia) que formam os professores do ensino básico, realizam estudos que quase ninguém dá importância. Isso leva a uma pergunta fundamental: O que será estão ensinando para os futuros professores de nossas crianças? Será que isso está ligado ao fato do Brasil ir tão mal nas provas do PISA? Muitas perguntas que precisam ser respondidas! Alô, presidente Bolsonaro!

Agradeço aos amigos Nilton César Rodrigues Soares e Luis Fabiano Farias Borges pela revisão deste artigo.

Produz muito com impacto muito baixo

A produção científica nacional em educação, apesar de ser grande em quantidade, tem um impacto global muito pequeno. Veja abaixo a comparação do número de citações obtido pelos pesquisadores em educação no Brasil em comparação com os seus colegas de outros países. O levantamento utilizou os dados divulgados em 2015, que tomam como base três anos de publicações, citações ou impacto (CPP)

Observação: Este artigo, originalmente escrito e publicado em abril de 2019, utilizou dados da Scimago Journal Ranking referentes ao ano de 2015. Entretanto, em 01 de junho de 2019, o site atualizou todas suas planilhas (esse site faz isso todo ano no mês de junho). Assim, as citações dos artigos referentes ao triênio utilizado em nossas análises se alteraram. Mas são alterações mínimas, que pouco afetam as conclusões. Por exemplo, a revista que está como “BR1” em nosso texto, e que aparece no texto com

181 artigos citáveis e 32 artigos citados, está agora com 33 artigos citados. As revistas “BR2” e “BR3” não tiveram alterações. A revista “BR4” teve um artigo a mais citado (passado de 20 para 21 os artigos citados), assim como a “BR5” (passado de 15 para 16 artigos citados). A revista “BR6” que teve a maior alteração, passando de 64 artigos citados para 66.

A quantidade de citações por publicação (CPP, avaliado pelo Scimago Country Rank) da área de educação, como um todo se alterou também. No nosso texto, o Brasil estava com CPP=0,49 para as publicações de educação de 2016, comparado com CPP=2,06 para o 1º lugar mundial, a Bélgica. Até maio de 2019 estávamos em penúltimo lugar de 54 países no ranking de 2016 dentre países com pelo menos 100 publicações em educação. Com a atualização do site, passamos para 52º lugar dentre os 54 países do rank. Nosso impacto (CCP =1,24 para o Brasil) ficou 75,6% abaixo da Bélgica (CPP=5,49).

.....  
.....

\*Marcelo Hermes-Lima é pesquisador e professor de bioquímica na Universidade de Brasília (UnB). Tem mais de 5,8 mil citações em revistas científicas internacionais.

topo ↗

## **PARAÍBA ON LINE - TEMPO REAL**

**Secretários de Educação discutem Fundeb e planejamento estratégico do MEC**  
Começou nesta quarta-feira (26), no Hotel NordLuxor, em Tambaú, João Pessoa, a reunião com 25 secretários de Estado da Educação do Brasil. É a II reunião ordinária do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), que teve como anfitriã a Secretaria de Estado da Educação e da Ciência e Tecnologia da Paraíba e se prolonga até esta quinta-feira (27).

Neste primeiro dia, os secretários discutiram a proposta de emenda à Constituição que torna o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) um fundo permanente. O posicionamento do Conselho será definido nesta quinta-feira, com a participação da deputada Dorinha Rezende.

A abertura da reunião contou com a apresentação dos alunos do Programa de Inclusão através da Música e das Artes (Prima). Depois houve a apresentação do Programa Ciência na Escola (PCE), realizada pela diretora do Departamento de Infraestrutura de Pesquisa e Políticas de Formação e Educação em Ciências do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Maria Zaira.

O programa foi lançado pelo Ministério da Educação em parceria com o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. Visa aprimorar a qualidade do ensino de ciências nos anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio das escolas públicas brasileiras.

O objetivo é estimular alunos para as carreiras científicas, qualificar professores para o ensino por investigação científica e fortalecer a interação entre instituições de educação

superior e escolas de ensino fundamental e médio.

Conforme Maria Zaira, “o País alcançou e precisa cada vez mais promover as crianças na escola, essa a nossa bandeira! O nosso foco está nos alunos das escolas públicas, queremos estimular neles o interesse pelas ciências e assim ter como resultado a qualidade do ensino público”.

No final da manhã, os secretários discutiram detalhadamente a transformação do Fundeb em um fundo permanente. O posicionamento do Conselho será definido nesta quinta-feira, com a participação da deputada Dorinha Rezende. A parlamentar é relatora de uma das Propostas de Emenda à Constituição que tratam do tema na Câmara dos Deputados, a PEC 15/2015.

Na parte da tarde, o secretário de Educação Básica do Ministério da Educação (MEC), Janio Carlos Endo Macedo, apresentou o planejamento estratégico do MEC. De acordo com o secretário, até o final de 2019 será feito o levantamento das necessidades da educação básica em todas as modalidades de ensino e desenvolvidas propostas para a resolução em 2020.

O secretário do MEC também apresentou várias propostas para diversos programas, e, segundo ele, todas as propostas e implementações serão feitas em conjunto com o MEC, a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e Consed.

Em seguida, o secretário da Educação, Aléssio Trindade, juntamente com alunos e professores, apresentou os principais programas da pasta da Educação da Paraíba, como a experiência das Escolas Cidadãs Integrais, Gira Mundo, Primeira Chance, Linha de Chegada, Ouse Criar, Festival Arte em Cena e Se Liga no Enem.

“Queremos que a partir dessa reunião haja um avanço com relação ao Ministério da Educação e a clareza da sua política na educação básica no Brasil. Os estudantes e professores estão aqui porque eles são os protagonistas, promovendo o sucesso da Educação Pública na Paraíba”, comentou o secretário.

topo ↕

**AGÊNCIA FOLHA - TEMPO REAL**

**Contas de Alckmin e França são aprovadas com ressalvas sobre gastos na educação**

**Relatora criticou a utilização de apenas 25% da receita para educação; parecer passa agora pela Assembleia de SP**

Por unanimidade, o TCE-SP (Tribunal de Contas do Estado de São Paulo) aprovou nesta quarta-feira (26) as contas do governo paulista de 2018, cuja gestão foi compartilhada entre Geraldo Alckmin (PSDB) e Márcio França (PSB).

No entanto, aplicou ressalvas. Em uma delas, pede que haja redução gradativa, em cinco anos a partir de 2020, dos R\$ 3,4 bilhões que o governo tem usado do Fundeb (fundo da educação básica) para bancar a Previdência.

O estado tem contabilizado esses recursos como gastos com educação —prática repetida pela gestão João Doria (PSDB).

O parecer do Tribunal de Contas ainda tem que passar por votação da Assembleia

Legislativa, onde o governo costuma formar maioria.

Em uma sessão que durou seis horas, a relatora Cristiana de Castro Moraes usou metade do tempo para detalhar a situação financeira do estado e das principais secretarias.

Em seu voto, defendeu que o governo pare imediatamente de usar recursos do Fundeb na Previdência e devolva os recursos do ano passado como investimentos num período de cinco anos.

Também criticou a utilização de apenas 25% da receita corrente líquida para a educação, como prevê a Constituição federal, já que a Constituição estadual impõe que sejam usados 30%. Atualmente, os 5% restantes também têm custeado a Previdência --o que já foi considerado irregular pelo próprio TCE e foi proibido pelo Tribunal de Justiça em decisão liminar de abril.

No entanto, o voto vencedor foi o do conselheiro Renato Martins Costa, que concordou com as ressalvas aplicadas por Cristiana, mas pediu modificações sobre como elas devem ser cumpridas. Ele também defendeu que o governo podia gastar, até a decisão liminar, apenas 25% com a educação.

“Necessário se ter em mora que qualquer modificação que se pretenda em quase R\$ 3,5 bilhões no orçamento do estado de São Paulo, mesmo sendo o mais rico da Federação, provocaria um impacto de proporções danosas”, afirmou Costa.

O conselheiro sugeriu que o Governo do Estado de São Paulo, a partir de 2020, “deixaria de utilizar um quinto do montante de R\$ 3,4 bilhões, ao ano, dos recursos do Fundeb para pagamento de inativos da educação” e que esse valor seria usado para “gastos com ensino estrito”.

Outros quatro conselheiros acompanharam o entendimento de Costa. O presidente do TCE, Antonio Roque Citadini, só votaria em caso de empate.

Cristiana não ficou satisfeita com o resultado e, ao final da sessão, disse que a decisão de não repor imediatamente o dinheiro da educação “é uma irresponsabilidade” e que São Paulo tem condições de devolver os valores.

“Eu acho que o estado tem um problema muito grande, previdenciário. Mas em vez de resolver esse problema está criando dois, previdenciário e na educação”, disse.

O Tribunal de Contas do Estado também aplicou ressalvas sobre questões como precatórios (pediu aumento dos depósitos) e transparência na renúncia de receitas.

Na sessão, houve diversas críticas à alegação de sigilo sobre os dados relativos a benefícios fiscais, que impediriam a fiscalização pelo tribunal sobre quais benesses tributárias o governo tem concedido e qual o retorno delas para os cofres públicos.

“Com essas informações [consideradas sigilosas] esse tribunal poderia analisar as metas traçadas pelo governo e os resultados alcançados. Identificar as eficácias e a efetividade das renúncias fiscais. Como saber se aquela renúncia gerou emprego e renda?”, questionou o conselheiro Dimas Ramalho.

Nesse julgamento, pela primeira vez o Ministério Público de Contas pediu a reprovação dos gastos do governo paulista, mas a solicitação não foi aceita pelos conselheiros.

Antes, as contas de Alckmin relativas ao ano de 2014 também foram julgadas com ressalvas, em sessão de 2015, pelo Tribunal de Contas do Estado.

Após a decisão desta quarta, o ex-governador Márcio França divulgou uma nota em que diz que “contas aprovadas por unanimidade pelo TCE são atestado de idoneidade”. “Sempre confiamos no Tribunal de Contas do Estado e na Alesp”, afirma no comunicado.

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Governo contrariou parecer técnico ao tirar temas sobre diversidade do Enade  
Documentos internos do Inep mostram que coordenadores do exame pediram  
manutenção de termos como "sexualidade, relações de gênero e relações étnico-  
raciais" em edital; autor de manifestação foi exonerado**

BRASÍLIA — O governo retirou questões ligadas à diversidade dos temas a serem cobrados no Exame Nacional de Desempenho ( Enade ) deste ano, contrariando orientação da equipe técnica responsável pela avaliação, voltada ao ensino superior. É o que revelam documentos internos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira ( Inep ), ligado ao Ministério da Educação (MEC), obtidos pelo GLOBO.

Uma nota técnica, assinada pelos servidores do Inep ligados à Coordenação-Geral do Enade, defendeu a manutenção dos termos " sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais " no edital, que traz os assuntos de referência para a prova comum a todas as áreas que serão avaliadas este ano. A portaria, porém, foi publicada sem menção aos temas, conforme mostrou reportagem do GLOBO no último dia 14.

A manifestação dos servidores, que são os responsáveis pela elaboração da portaria com a assessoria de uma comissão externa, não apenas foi ignorada pela presidência do Inep, mas levou à exoneração de Rubens Campos de Lacerda Junior, que encabeçou a nota técnica, do cargo de coordenador-geral do Enade. Três coordenadores da prova, Fernanda Campos, Leandro Fiuza e Roberto Arrial, que também assinaram o documento, pediram para deixar seus cargos após a demissão do então chefe. Eles já foram desligados.

O documento elaborado pela Coordenação-Geral do Enade contraria informação repassada pelo Inep ao GLOBO, quando o jornal revelou a retirada dos termos, de que “a portaria publicada no Diário Oficial da União teve manifestações técnica e jurídica favoráveis”. A mesma resposta foi dada pela autarquia nesta quarta-feira, ao ser questionada sobre a existência do parecer da área técnica que foi ignorado.

A manifestação favorável à supressão dos termos ligados à diversidade veio da Procuradoria Jurídica do Inep. Ao analisar a portaria que seria publicada, o departamento recomendou que os temas fossem retirados, sob a justificativa de que o Manual de Redação da Presidência da República orienta “o emprego da concisão, excluindo-se palavras inúteis, redundâncias e passagens que nada acrescentam ao que foi dito” na redação de documentos oficiais.

Diante desse parecer jurídico, a Coordenação-Geral do Enade fez a nota técnica. No documento, informa ter acatado todas as outras orientações da Procuradoria Jurídica, por se tratarem da forma do documento, mas que não podia seguir a sugestão de retirada de termos que alteraria o conteúdo da portaria, como “sexualidade, relações de gênero e relações étnico-raciais”.

A recomendação foi classificada pela equipe técnica do Enade como “invasão de competência” do departamento jurídico em questões pedagógicas. “Ao modificar a redação dos conteúdos dos artigos referentes às dimensões avaliadas no Exame, a Procuradoria (Jurídica) se imiscui no caráter técnico-pedagógico da elaboração dos instrumentos de avaliação”.

A equipe do Enade afirmou ainda, na nota, que a elaboração do exame segue os parâmetros do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes) e de portarias normativas do MEC. Uma delas, reproduzida no parecer, aponta que a prova do Enade deve avaliar nos estudantes “competências para compreender temas exteriores ao âmbito específico de sua profissão, ligados à realidade brasileira e mundial e a outras áreas do conhecimento”.

Essas competências gerais são avaliadas na prova de formação geral, comum a todas as áreas, com dez questões, sendo oito de múltipla escolha e duas discursivas. O Enade também inclui uma parte específica para cada graduação, com 30 questões. Neste ano, passarão pelo exame os estudantes de bacharelado em ciências agrárias, ciências da saúde e afins, engenharias, arquitetura e urbanismo, além de cursos de tecnólogos.

O termo “relações de gênero” constava dos editais da parte comum da prova, de formação geral, desde pelo menos o Enade de 2011, segundo os documentos oficiais disponíveis. “Sexualidade” e “relações étnico-raciais” estavam presentes desde 2016 como assuntos de referência para a prova.

A retirada dos termos, sem respaldo da área técnica, está alinhada ao posicionamento externado pelo presidente Jair Bolsonaro, que é crítico do que chama de “ideologia” em exames oficiais aplicados pelo governo. Na campanha, ele chegou a dizer que, caso eleito, inspecionaria o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) antes da aplicação.

Em nota, o Inep informou que “reitera que todas as provas do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade), tanto de formação geral quanto de conhecimentos específicos, são modificadas e aprimoradas ao longo dos anos. A portaria publicada no Diário Oficial da União apresentou manifestações técnicas e jurídicas favoráveis”.

Questionado se o autor da nota técnica, Rubens Campos de Lacerda Junior, foi exonerado da coordenação-geral do Enade por conta do documento, o Inep respondeu: “Durante novas gestões, mudanças em cargos de livre nomeação e exoneração são processos naturais”.

A autarquia ressaltou o currículo do novo ocupante do cargo, Tarcísio Kuhn Ribeiro, que é “mestre na área de educação com ampla experiência em gestão educacional”. Destacou ainda que Ribeiro “lecionou nas áreas de História e Estudos Regionais e atuou como diretor geral do Campus Ceilândia do Instituto Federal de Brasília (IFB) nos

últimos seis anos”.

## Polêmicas do exame

Embora menos popular que o Enem, o Enade já protagonizou polêmicas em função dos temas abordados. Na edição de 2018, uma questão discursiva da prova geral tratou do assassinato da vereadora Marielle Franco (PSOL-RJ), da circulação de fake news após a morte dela e do alto número de defensores de direitos humanos vitimados no Brasil. Ao fim, pedia ao aluno para escrever sobre "os prejuízos da produção de notícias falsas para a sociedade democrática”.

Em 2017, uma questão trazia trechos de textos sobre a importância do nome social para os transgêneros. O comando para o aluno era discorrer sobre o tema e propor uma medida, no âmbito das políticas públicas, para facilitar o acesso dessa população à cidadania. Esse item também foi alvo de críticas, principalmente de militantes do projeto Escola sem Partido .

topo ↕

## AGÊNCIA GLOBO - TEMPO REAL

**Cinco anos após aprovado, plano de Educação está longe de ser cumprido**  
**"O PNE 2014-2024 estabeleceu 20 metas e 254 estratégias para garantir Educação de qualidade para todos; passados cinco anos, não estamos nem perto de ter percorrido a metade do caminho", afirma Mônica Franco, do Cenpec**

Os desafios da Educação são conhecidos de todos. De alguma forma, toda sociedade é impactada pelas ações educacionais, ou a falta delas. Não há uma solução única capaz de superar de forma imediata todos os desafios. E o tempo da Educação nunca é imediato. Para alcançar resultados consistentes e duradouros, além de diretrizes claras, é necessário um conjunto de ações e investimentos articulados e integrados.

O Plano Nacional da Educação (PNE) 2014-2024 representa as diretrizes, desdobradas em um conjunto de 20 metas e 254 estratégias, que a comunidade educacional e a sociedade consideraram fundamentais para se alcançar a qualidade da Educação, da Educação Infantil até a Pós-graduação. Além das questões relacionadas ao acesso e à permanência nas escolas, elas envolvem a formação e valorização de professores, o financiamento e o atendimento às populações que tiveram seu direito de aprender comprometidos, como jovens e adultos não alfabetizados.

Mas, cinco anos depois da publicação dessa lei, a situação não é nada animadora. Basta olhar para os resultados:

O País ainda não conseguiu colocar todas as crianças de 4 e 5 anos na Pré-escola, e um mínimo 50% das crianças de 0 a 3 anos em creche;

Não foi cumprida a meta de colocar 100% dos jovens de 15 a 17 anos na escola, e de atingir uma taxa de matrícula líquida de 85%;

As metas 15, 16, 17 e 18, que tratam da qualificação, plano de carreira e salário dos professores seguem distantes do ideal;

O desempenho da alfabetização no Ensino Fundamental está estagnado;

Houve retrocesso na oferta do ensino em tempo integral, segundo os dados do último Censo Escolar;

O investimento público em Educação ainda está abaixo do percentual de 10% do PIB, previsto para ser alcançado até 2024, e de 7% do PIB em 2019.

É verdade que houve também conquistas. Foi cumprida a meta que estabelece que pelo menos 75% dos professores do ensino superior sejam mestres e 35%, doutores. Além disso, avançaram bem a construção e implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a elaboração dos planos estaduais e municipais de Educação. Além disso, a Educação Infantil também teve expansão significativa de vagas em creches e pré-escolas.

Considerando o conjunto dos resultados, no entanto, é possível afirmar que várias metas do PNE estão sob sério risco de não serem alcançadas, caso seja mantido o atual ritmo de crescimento dos indicadores. Na prática, isso se traduziria em imensos prejuízos humanos e econômicos para o Brasil. Para se ter uma ideia, ainda hoje, cerca de 2 milhões de crianças, adolescentes e jovens estão fora da escola e parte significativa não aprende o mínimo a quem tem direito.

A crise econômica certamente dificultou o cumprimento do PNE diante da queda de arrecadação. Contudo, não haverá saída duradoura da crise sem investimento adequado em políticas educacionais. O que fazer, então, nos cinco anos que nos restam para atingirmos as metas educacionais que o Brasil quer e precisa e que acordou num esforço amplo entre governo, sociedade civil organizada, sindicatos, pesquisadores e estudantes?

Diante da urgência e do pouco tempo que temos pela frente, a situação exige que o País enfrente de uma vez por todas os gargalos estruturais da Educação e centre energias e recursos em metas estruturantes, com poder de impactar o cumprimento das demais.

Nesse sentido, não há como ter avanços significativos nos resultados educacionais brasileiros sem a ampliação do financiamento, garantindo, ao mesmo tempo, uma melhor redistribuição de recursos entre diferentes regiões e entes federados. É preciso também avançar na gestão e governança da Educação Básica, repactuando atribuições entre os entes federados com a criação de um inédito Sistema Nacional de Educação. Tampouco poderemos garantir que todos os brasileiros aprendam o que têm direito, independentemente de nível socioeconômico, gênero, raça e região em que habita, sem professores com a devida formação em nível superior e com carreiras que valorizem o aprimoramento constante de suas práticas.

Em suma, está na hora de recolocar o que é essencial para o Brasil acima e antes de tudo. Nossas crianças, adolescentes e jovens já não podem esperar!

\*Mônica Franco é diretora-executiva do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec)

topo ↕

## G1 - TEMPO REAL

**Piauí é segundo estado brasileiro que menos investiu por aluno, diz levantamento De acordo com o levantamento inédito feito pela ONG, em 2015, a média de investimento público por aluno no estado foi de R\$ 3.697 por ano.**

O Piauí foi o segundo estado que destinou o menor volume de recursos por aluno, segundo a pesquisa realizada pelo Movimento Todos Pela Educação. De acordo com o levantamento inédito feito pela ONG, em 2015, a média de investimento público por aluno no estado foi de R\$ 3.697 por ano.

O cálculo soma os investimentos realizados pela esfera estadual e municipal. De acordo com a pesquisa, no ano de 2012, 40,6% do investimento em educação foi feito pelos municípios, 39,1% pelos estados e 20,3% pela União.

O investimento por aluno realizado no Piauí fica a frente apenas do valor destinado no Maranhão, R\$ 3.428. Ainda segundo a pesquisa, o maior valor destinado por aluno do Piauí em 2015 foi R\$ 4.515, e o menor, R\$ 2.994.

Segundo a estimativa do Movimento Todos Pela Educação, o patamar mínimo de investimento público por aluno satisfatório para que uma rede pública de ensino atinja bons resultados em aprendizagem é de R\$ 4.300. Apenas 43% dos municípios brasileiros atingiram o valor.

Segunda maior taxa de analfabetismo

Resultado do baixo aporte de investimentos, o Piauí ficou com a segunda maior taxa de analfabetismo do Brasil entre pessoas com 15 anos ou mais, em pesquisa referente ao ano de 2018, divulgada na terça-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O Piauí novamente ficou a frente apenas do estado do Maranhão.

A pesquisa realizada pelo Movimento Todos Pela Educação apontou que o Piauí continua abaixo da média, em relação ao tempo total de estudos acumulados durante a vida. Segundo a pesquisa, as pessoas entre 18 e 29 anos pesquisadas no Piauí estudaram em média 10,7 anos durante a vida. Em média, os brasileiros estudam 11,3 anos. O dado coloca o Piauí na terceira posição na região Nordeste.

Entretanto, os estudantes do Piauí atingiram níveis altos no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Segundo o estudo, a meta do Ideb foi atingida por 62% das escolas da rede pública nos primeiros anos, e 24,1% nos anos finais. Os dados são do ano de 2017, data em que o último Ideb foi realizado.

O resultado coloca o Piauí em segundo lugar na região Nordeste no Ideb nos primeiros anos do ensino fundamental e no ensino médio, atrás apenas do Ceará. Nos anos finais do ensino fundamental, o índice do estado ficou na terceira posição.

[topo](#)

## G1 - TEMPO REAL

**Pesquisadores da UFSCar criam cerâmica que suporta temperatura de 1,2 mil °C**  
**Material que tem dobro de resistência do existente no mercado foi inspirado na madrepérola. Artigo com resultados ganhou prêmio mundial. Projeto envolve instituições da Suíça e Inglaterra.**

Um grupo que inclui pesquisadores da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) e de entidades da Inglaterra e da Suíça desenvolveu um material cerâmico capaz de resistir a altas temperaturas. Além de suportar o dobro do calor do material atualmente existente no mercado, também tem processo de produção mais barato. O artigo sobre a pesquisa foi premiado em um congresso na Itália.

Segundo o professor do departamento de engenharia de materiais da UFSCar, Victor Carlos Pandolfelli, e coordenador do grupo brasileiro, a inspiração veio da madrepérola, material existente na natureza altamente resistente.

A nova cerâmica é composta por placas de óxido de alumínio, que é chamado de

alumina, que têm na interface um composto à base de boro. “Eles reagem entre si, a alumina e o boro, dando aquele fortalecimento desejado na interface”, explica.

Em testes de laboratório, o material resistiu até 1.200°C, o dobro do que foi relatado até hoje que seria de 600°C. Além disso, o processo de produção é mais simples e barato.

“Esse material ele além de ter um desempenho muito bom, ele tem como constituintes materiais de baixo custo comparado com os usados para este propósito atualmente”, afirma.

## Inspiração na natureza

A pesquisa seguiu o conceito de biomimetização, que parte da observação da natureza e de como ela funciona para tentar copiar seus modelos. Nesta pesquisa, os pesquisadores se inspiraram na madrepérola - substância calcária que reveste a concha de vários moluscos, também conhecida como nácar, que também está na composição das pérolas.

O material natural tem composição simples - 95% de carbonato de cálcio e 5% de proteína – ao mesmo tempo em que tem uma energia de fratura – que é a energia necessária para "quebrar" o material – muito alta, que não é alcançada pelos materiais mais avançados produzidos pelo ser humano.

Para se ter uma ideia, a madrepérola tem uma energia de fratura superior ao sistema de frenagem de um A380, que é o maior avião comercial disponível, e utiliza materiais que são fruto de tecnologia avançada.

"A madrepérola é considerada um modelo áureo de engenharia de microestrutura, pois, com materiais muito comuns, mas estruturados de modo bastante específico, alcança propriedades que o ser humano raramente obtém, mesmo com toda a sua engenharia e a diversidade de materiais disponíveis", afirmou.

## Inovador

Compostos resistentes a altas temperaturas são muito usados na aviação, em peças com atrito grande como ponta da asa, por exemplo, ou no sistema de frenagem do avião.

Segundo o professor, a cerâmica desenvolvida pelo grupo pode contribuir em inovações em desenvolvimento no setor.

“Em aviões militares, de alta velocidade, que alcançam até três vezes a velocidade do som, ou seja, quase 3 mil km/h, esse material é necessário. Aplicação em voos suborbitais, que envolve reentrada na atmosfera, que gera um muito atrito que gera calor. O avião vai ter que num curto espaço de tempo resistir à alta temperatura e cair a temperatura próxima ao ambiente rapidamente. E ninguém faz isso para a peça durar um único ciclo, ela tem que durar muitos ciclos, tem que ser também resistente a fadiga térmica, que são constantes mudanças de temperatura”, exemplifica o professor.

Mas não é só na aplicação militar e na aeronáutica, que o material é útil. A cerâmica pode ser aplicada em todos os ambientes que envolvem alta temperatura e alta variação de temperatura, o choque térmico, como a indústria do aço e a petroquímica.

Próximo passo

O próximo passo da pesquisa é produzir peças maiores, mantendo o mesmo nível de resistência do material. Essa fase deverá ser feita na Inglaterra, onde está um dos grupos parceiros do projeto.

“O equipamento só existe na Inglaterra para peça de 30 cm de diâmetro, que é prensada a 1500 °C. Quando maior o tamanho da peça, maior a força que a máquina tem que ter para dar a mesma pressão, e nós não temos no Brasil equipamentos para ter a produção de peças dessa dimensão”, afirmou.

A parceria com outros países é um fator tranquilizador e mantenedor da continuidade do projeto por parte dos pesquisadores brasileiros, uma vez que o momento crucial da pesquisa coincide com cortes drásticos de recursos pelo governo federal.

“Se dependesse só dos recursos brasileiros, nós teríamos problemas. Se nós não formos os primeiros, alguém vai ser, esse é sempre um risco dentro do aspecto tecnológico, ou a gente corre sempre ou alguém corre mais que a gente e chega primeiro”, afirma.

#### Artigo premiado

A pesquisa é parte do doutorado de Pedro I. B. G. B. Pelissari, em fase de conclusão no Programa de Pós-Graduação em Ciência e Engenharia de Materiais (PPGCEM) da UFSCar, sob a orientação de Pandolfelli e coorientação de André R. Studart, graduado e doutor em Engenharia de Materiais pela UFSCar e docente da ETH Zürich, na Suíça.

Eles são os autores do artigo da pesquisa, que foi publicado em 2018 no Journal of the European Ceramic Society e considerado o melhor dos últimos dois anos, na revista, uma das mais relevantes do setor.

O prêmio foi recebido durante a 16ª Conference and Exhibition of the European Ceramic Society, na Itália, na semana passada.

A premiação para o artigo, intitulado "Nacre-like ceramic refractories for high temperature applications", é inédita para o Brasil, já que, nas quatro edições anteriores, apenas pesquisadores da Europa e da China haviam sido contemplados.

"A notícia do reconhecimento foi uma surpresa altamente positiva para todos nós, inclusive porque esta não é uma premiação na qual você se inscreve", afirmou Pandolfelli.

"Eu acredito que, além da qualidade do conhecimento científico e tecnológico produzido, também foi levada em consideração a colaboração estabelecida entre as instituições. Diferentemente do que muitas vezes acontece, a ideia original partiu do grupo de pesquisadores brasileiros, estabeleceu-se uma cooperação no qual pudemos usufruir, por exemplo, de equipamentos não disponíveis no nosso laboratório. Este é um modelo muito frutífero, que se torna ainda mais relevante diante da situação que estamos vivenciando agora no Brasil, com cortes drásticos de recursos para a pesquisa nas universidades", completa.

topo ↕

**TERRA - TEMPO REAL**

**Mathema lança portal com soluções educacionais e formação on-line para professores**

## **Novidade chega ao mercado para atender à demanda por formação continuada requerida pelos novos currículos e diretrizes da BNCC**

O Mathema - instituição que pesquisa e desenvolve soluções educacionais inovadoras para o ensino e a aprendizagem de matemática - acaba de lançar um portal que integra todo o seu portfólio educacional. O novo site chega para comemorar os 22 anos da instituição e visa não só ampliar os conhecimentos de professores e gestores da Educação Básica, como atender à demanda por formação continuada requerida pelos novos currículos e diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

O portal possui navegação intuitiva e rápida, e possibilita o acesso a conteúdos que vão de didática e gestão de aulas a temas específicos da disciplina, tudo em conformidade com as diretrizes da BNCC. Além disso, conta com um blog repleto de artigos, sugestões de leituras, jogos e atividades para aplicar em sala de aula.

"Nossos cursos são desenvolvidos sob a perspectiva metodológica da resolução de problemas e trazem diversas ferramentas para que o professor se mantenha constantemente atualizado", afirma Maria Ignez Diniz, diretora do Mathema e referência no ensino de matemática no país.

Em seus 22 anos de história, o Mathema já formou mais de 40 mil educadores por meio de parcerias com escolas, órgãos públicos e ONGs de todo o Brasil. Com a plataforma on-line, a instituição pretende alcançar educadores que não conseguem investir em formação por questões geográficas ou por limitação de tempo e recursos financeiros.

Para conhecer o site, acesse: <https://mathema.com.br/>.